

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Anderson De Castro

A TRAJETÓRIA DE FILINTO MÜLLER NA ERA VARGAS

Passo Fundo/RS 2020

Anderson De Castro

A TRAJETÓRIA DE FILINTO MÜLLER NA ERA VARGAS

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado ao Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade de Passo
Fundo como requisito parcial para a obtenção
do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Adelar Heinsfeld

Passo Fundo/RS 2020

Agradecimentos

Se esse estudo e a integridade física e mental do autor foram possíveis, deve-se primeiramente ao apoio incondicional da minha família, Assis, Maria (in memoriam), Wilson, Emerson e Homero, que se colocaram sempre ao meu lado, não apenas quando precisei de ajuda, mas mesmo quando para isso tinham de se fazerem mais distantes, mostrando-me a força do amor e da dedicação familiar, a que espero sempre ser capaz de retribuir. Quanto ao estudo do tema, todas as linhas dignas de nota são de alguma forma tributárias das conversas e direções que a orientação dedicada e inspiradora do Professor Adelar Heinsfeld forneceu ao longo da pesquisa. Foi também nas aulas de História do Brasil ministradas pelo professor que tive a oportunidade de ver – e rever – a importância da História para a compreensão crítica da realidade, de forma que meu interesse mesmo pelo estudo da História do Brasil, deve-se a sua influência, que antecede a pesquisa. Também nesse sentido devo às aulas brilhantes que tive a oportunidade de assistir na Universidade de Passo Fundo. Acredito que citar nominalmente os professores responsáveis por essa formação seja pouco produtivo, uma vez que não são poucos, mas também por ser ademais desnecessário – coloco minha participação em sala de aula e o interesse e dedicação que espero ter mostrado em suas disciplinas como forma de agradecimento pessoal e prova que o conhecimento transmitido e os esforços didáticos buscados foram da maior significação para minha formação acadêmica. Agradeço aos meus colegas de curso pelas trocas de ideias e experiências. Agradeço aos meus amigos pela amizade sólida como uma rocha que vivemos ao longo de muitos e muitos anos, sem a qual certamente não seria quem sou hoje e não poderia encarar o futuro com o mesmo otimismo e segurança. Por fim, agradecer a Universidade de Passo Fundo, pois através desta instituição consegui tornar realidade um de meus sonhos e ingressar definitivamente em um ambiente verdadeiramente intelectual.

Lista de Abreviaturas

AIB	Ação Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DESPS	Delegacia Especial de Segurança Política e Social
DHBB	Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro
FBI	Federal Bureau of Investigation
MT	Mato Grosso
MI6	Military Intelligence Section 6
PE	Partido Evolucionista
PL	Partido Liberal Mato-Grossense
PSD	Partido Social Democrático
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PR	Paraná
STM	Superior Tribunal Militar
TSN	Tribunal de Segurança Nacional
RAM	Regimento de Artilharia Montada
UNE	União Nacional dos Estudantes
UDB	União Democrática Brasileira

INTRODUÇÃO	6
1- TRAJETÓRIA DE FILINTO MÜLLER	11
2- NO CARGO DA CHEFATURA DE POLÍCIA	17
2.1 O Combate aos Comunistas	21
2.2 Acordos Internacionais	28
3- REPRESSÃO AOS CAMISAS VERDES	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
FONTES	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

INTRODUÇÃO

O presente trabalho está centrado na análise da trajetória de vida ¹de Filinto Müller no período que compreende a década de 1920 a 1945. Para que tornasse possível o presente trabalho, temos como base investigações bibliográficas e análises de edições da imprensa escrita do Rio de Janeiro e Mato Grosso no que diz respeito à década de 1930 e 1940.

Na década de 1970 o uso de periódico como fonte nos trabalhos sobre o conhecimento da história do Brasil era diminuto. Havia uma relutância do uso por meio da imprensa para a escrita da História. E tal particularidade não era somente brasileira

Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos que se julgava atingível por intermédio de documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo (PINSKY, 2008, p. 112).

Nessa situação os periódicos pareciam pouco oportunos para a recuperação do passado e, abarcavam registros fragmentados do presente e influenciados por interesses. Dessa forma, fornecendo visões parciais, distorcidas e subjetivas.

A pesquisa sobre a trajetória de vida introduziu debates essenciais sobre a estrutura social e a ação individual. O tempo de vida do indivíduo é gerado como resultante das relações que o determinam, partindo de suas condições materiais e simbólicas de existência, através da organização de seu modo de agir e de pertencer ao ambiente, ao mesmo tempo, como sujeito de reprodução e transformação social. As trajetórias individuais podem ser vistas como ligadas a definidas continuidades sociais, visíveis por meio das quais as sociedades estruturam-se.

De acordo com Bourdieu, a experiência social deve ser entendida, em parte, como um processo de incorporação da realidade social objetiva, sob a forma de esquemas disposicionais. Esses esquemas estarão depois na origem das percepções, práticas e escolhas realizadas pelos agentes sociais, como uma matriz de pensamento por meio da qual o indivíduo terá como base de orientação de sua ação (MARINHO, 2017, p.27).

¹ Representa tanto um modo de complexificar a observação dos fenômenos sociais como de situá-los perante as circunstâncias, os contextos e espaços a partir dos quais indivíduos, as pessoas, em um tempo produzem, no espaço geográfico, a vida social.

No pensamento de Bourdieu (2000), a compreensão dos percursos biográficos é indissociável do conceito de *habitus*, que tem como hipótese central que os comportamentos individuais sejam coerentes com as condições materiais e simbólicas por meio dos quais se foram produzindo. A noção de *habitus*, quem mais profundamente se dedicou foi Bourdieu, desenvolvendo-o com teoria social².

[...] o *habitus* é representado enquanto “sistema de disposições duradouras”; tal conceituação chama a atenção para os comportamentos sociais passíveis de serem observados como recorrentes ao longo de um tempo e espaço, e assim produz o efeito ‘estrutura’, por meio da qual a sociedade se estabelece enquanto tal perante os indivíduos. O autor, a partir desse conceito, alerta o cientista social à detecção das ‘permanências sociais’, o que, na prática da pesquisa social, significa identificar tais regularidades notáveis pela observação do comportamento dos indivíduos frente às suas condições sociais de existência (MARINHO, 2017, p.28).

Como aponta Marinho:

situar o *contexto* no qual os indivíduos agem, ao longo do tempo, implica situá-los perante os seus círculos sociais de referência, localizados no espaço social, físico e simbólico. A partir disso, a construção de *trajetória* implica aprofundar a análise sobre as condições de existência em que se desenvolve o processo de socialização e aculturação dos agentes sociais, e, no fundo, a sua própria produção enquanto agentes (MARINHO, 2017, p. 29).

Observando que a trajetória de vida varia em função da estratificação social, pode-se estabelecer que o indivíduo pertence a determinada classe social. Podemos relacionar a classe social, tanto como uma estrutura social e/ou posição social que, na prática, reflete os estilos de vida assumidos pelos indivíduos.

Marinho explica “a necessidade de situar os agentes perante os sistemas de estratificação social, com o fim de identificar os efeitos de pertencer a uma mesma classe social sobre os percursos de vida das pessoas apresenta-se como fundamental na construção de *trajetórias de vida*” (MARINHO, 2017, p. 30). Atualmente a trajetória de vida tornou-se um campo de trabalho interdisciplinar fundamentais nas ciências sociais. Desse modo o presente estudo contribui para a construção do conhecimento social na sociedade contemporânea.

O presente trabalho justifica-se, para que possamos melhor compreender a partir da trajetória de vida e da dimensão das ações do então chefe de polícia do Distrito Federal, ao qual, muitas vezes foi denunciado por práticas de tortura, além de atitudes severas praticadas sob suas orientações nas prisões. Desse modo, com intuito de proporcionar uma interpretação, surge a pergunta: quem foi Filinto Müller? Sobretudo na sua atuação frente a chefatura de

² Para um aprofundamento histórico sobre esse conceito, consultar Wacquant, 2007.

polícia (1933-1942) em relação à repressão de subversivos opositores do regime em vigor. Filinto Müller nascera em Cuiabá (MT), em 1900.

Com o êxito da Revolução de 1930³ e a destituição de Washington Luís e da oligarquia paulista do poder, Getúlio Vargas no dia 3 de novembro de 1930, é empossado como chefe do governo provisório, com apoio popular. Com a revolução de 1930 haviam participado diversos partidos políticos, uns defendiam políticas centralizadoras e autoritárias; outros aderiram a medidas mais liberais, lutavam pela autonomia regional. Diante disso, houve disputas intensas. Em 1931, Filinto Müller foi secretário do Interventor Federal em São Paulo. Em janeiro de 1932 Getúlio Vargas assinou o decreto na pasta da Justiça, nomeando na Polícia Civil do Distrito Federal o capitão Filinto Müller para Diretor Geral de Investigação. Já em 1933, no cargo da chefatura de polícia, Müller procurou manter a ordem pública no Distrito Federal considerando a necessidade de reduzir ao mínimo a possibilidade de distúrbios durante o dia da realização de eleições para a Constituinte, determinando que não fosse permitida a venda de bebidas alcoólicas. Em outubro de 1933, os principais jornais do Rio de Janeiro estampam a notícia de uma batida policial na Lapa, na praça dos Arcos e na sede dos Sindicatos dos Garçons, acabará em cenas de violências.

Tudo começara quando a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), a Polícia Política do Distrito Federal, criada em janeiro de 1933, recebera denúncias de que organizações esquerdistas haviam marcado para o lugar uma reunião geral, convocada pela Frente Única do Proletariado (FUG), entidade clandestina que participara do ataque aos integralistas na praça da Sé (NETO, 2014, p.196).

Getúlio Vargas anticomunista, articula reprimir os ativistas de esquerda. Em 1934 foi promulgada uma nova Constituição, por parlamentares eleitos pelo voto direto que elegem Vargas como chefe do governo. A Constituição concedia ao governo Vargas maior responsabilidade na definição de políticas sociais e econômicas. Surgiram dois grupos políticos: a Ação Integralista Brasileira (AIB) composta por nacionalistas e antiliberais e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), com socialistas e comunistas de oposição a Vargas. Em 1935, os movimentos comunistas eclodem no Rio de Janeiro, Recife e em Natal. E a repressão

³ Em 1929, Vargas foi escolhido como candidato à presidência da República pela Aliança Liberal, porém foi derrotado pelo paulista Júlio Prestes nas eleições de março de 1930. Denunciando a fraude eleitoral, alguns oligarcas dissidentes que integravam a Aliança Liberal (como por exemplo, mineiro Virgílio de Melo Franco e o sul-rio-grandense Oswaldo Aranha) passaram a articular com líderes do movimento tenentista uma conspiração para evitar a posse de Júlio Prestes. O movimento – que ganhou ímpeto com o assassinato de João Pessoa (presidente da Paraíba e candidato à presidência da República na chapa da aliança Liberal) em julho de 1930, em um crime que não tinha razões políticas – eclodiu no dia 3 de outubro de 1930. A deposição de Washington Luís, em 24 de outubro significou a vitória do movimento, conhecido como Revolução de 1930.

vem com mais fôlego, para destruir organizações de esquerda, sindicatos e opositores liberais. Em 5 de julho de 1935, comemorações das revoluções de 1922 e 1924, no Rio de Janeiro haviam centenas de policiais pelas ruas e avenidas do centro da cidade, principalmente próximo ao Palácio do Catete. Ao longo da madrugada a polícia havia destrinchado a sede dos operários, prendendo material considerado subversivo e, centenas de pessoas.

O ano de 1937 começou e, como determinava a Constituição o governo Vargas deveria realizar eleições em 1938 e, assim, encerrando o mandato constitucional, pois não seria possível a reeleição. Na perspectiva de perder o poder via eleitoral e provavelmente assistir a volta das oligarquias regionais, Vargas com apoio militar e político opta pelo golpe. Em setembro de 1937 estava aprovado pelo governo o “estado de guerra”, conseqüentemente a censura de jornais e a repressão policial – iniciava o período caracterizado como Estado Novo⁴ (1937 – 1945), capitaneado por Vargas.

A dinâmica da política do Estado Novo se sustentava em uma estrutura apoiado no Poder Executivo, pois o Congresso havia sido fechado em novembro de 1937 e o Poder Judiciário estava dependente à Presidência da República. Através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP),⁵ que tinha amplos poderes sobre os meios de comunicação e se encarregava da organização da propaganda, substitui o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. A partir de 1942 teve início o processo de desarticulação do Estado Novo. O envolvimento do país na Segunda Guerra Mundial, aliando-se por ordem econômica aos Estados Unidos e rompendo com a Alemanha nazista, contribuiu para o enfraquecimento do regime. Filinto Müller pede demissão em carta enviada a Getúlio Vargas em 17 de junho de 1942. Já no ano seguinte, 1943 fora nomeado presidente do Conselho Nacional do Trabalho, também sendo um dos fundadores do (PSD) em 1945. Em 29 de outubro de 1945 Getúlio Vargas é deposto do poder pelos militares sob comando de Góes Monteiro, um dos homens diretamente envolvidos no golpe de 1937.

⁴ O Estado Novo foi instaurado no Brasil ao mesmo tempo em que uma onda de transformações varria a Europa, instalando governos autoritários e reforçando a versão de que a democracia liberal estava definitivamente liquidada. Mussolini chegou ao poder na Itália em 1922 e aí implantou o fascismo; Salazar se tornou primeiro-ministro (presidente do Conselho de Ministros) de Portugal em 1932 e inaugurou uma longa ditadura; Hitler foi feito chanceler na Alemanha em 1933 e tornou-se o chefe supremo do nazismo. A guerra civil espanhola, que se estendeu de 1936 a 1939, banhou de sangue a Espanha antes que Franco começasse a governar o país com mão de ferro.

⁵ O DIP é quem regula a censura, autoriza as edições de revistas e jornais, evidenciando assim, um órgão coercitivo contra a liberdade de pensamento e expressão. O governo exerce censura a jornalistas e aos meios de comunicação e intensificando a propaganda no regime do Estado Novo e assim conseguindo reforçar a imagem de Vargas perante a classe trabalhadora.

O presente trabalho vai elaborar estudo através de três capítulos que trataram de aspectos das ações e da trajetória de uma figura que muitos historiadores colocam como agente “obscuro” da era em que Getúlio Vargas esteve frente ao poder.

No primeiro capítulo trataremos da trajetória de Filinto Müller, através de sua formação escolar em seu Estado natal Mato Grosso. Após sua formação escolar migra para o Rio de Janeiro onde formou-se militar em uma época em que os militares de baixa patente reivindicavam a moralização da política nacional, através de conflitos revolucionários deflagrados contra as autoridades governistas. Participou do levante deflagrado em 5 de julho de 1924 no Estado de São Paulo.

Integrou a Coluna Miguel Costa, mas devido a divergências no interior do comando, Filinto Müller opta por exilar-se na Argentina onde permanece por um período, até retornar ao Brasil em 1927.

No segundo capítulo já como chefe de polícia do Distrito Federal, cargo esse que ocuparia de 1933 a 1942, Filinto Müller assume em substituição a seu antecessor João Alberto. Filinto Müller no comando da chefatura de polícia passaria por um período particularmente agitado da vida nacional, marcado entre outros eventos, pela promulgação da Constituição de 1934, pela Intentona Comunista em 1935, pela decretação do Estado Novo em 1937. Serão apresentados em dois subtítulos o “combate ao comunismo” e os “acordos internacionais”.

No terceiro capítulo trataremos da repressão em relação aos camisas-verdes. O seu programa patriótico e nacionalista, obediente a uma única inspiração: a Pátria! Filinto Müller procurando conter a Ação Integralista Brasileira teria usado da mesma tática utilizada contra os comunistas, mantendo agentes infiltrados na organização. Em alguns Estados a polícia sempre vigilante não demorou em capturar os conspiradores. Os partidários do Sigma pretendiam aprisionar Getúlio Vargas em Petrópolis, o mesmo fazendo contra os que são considerados maiores sustentáculos do regime.

Em 1940 foi promovido a Major. Demitido da chefatura de polícia fora designado para trabalhar no gabinete do ministro da Guerra e posteriormente foi nomeado presidente para o Conselho Nacional do Trabalho.

1- TRAJETÓRIA DE FILINTO MÜLLER

O mato-grossense Filinto Müller tinha descendência de imigrantes alemães e, nasceu em “11 de julho de 1900 na casa que Júlio havia construído dois anos antes, em Cuiabá” (ROSE, 2017, p. 22). Do relacionamento entre Júlio Müller e Rita Teófila, nasceram outros quatro filhos antes de Filinto: Frederica, Fenelon, Júlio e Rita. Seu pai exerceu o cargo de prefeito de Cuiabá, durante a República do café com leite, nomeado pelo gaúcho Antonino Mena Gonçalves, que assumira o cargo de governador provisório do estado. Posteriormente seu irmão Fenelon Müller assumiria o cargo de Interventor Federal do estado em substituição do Dr. César de Mesquita Serva. De acordo com o periódico *Jornal do Commercio*:

Tendo agravado o estado de saúde do instruído interventor Dr. Mesquita Serva, vai ser substituído, conforme pedido ao Presidente da República. Será nomeado o Interventor Federal Dr. Fenelon Müller, o qual deverá partir do Rio de Janeiro em breve, viajando em sua companhia o Dr. Mario Corrêa, que prestigiará a atuação governamental do novo Interventor (*Jornal do Commercio*, 26.02.1935, p. 1).

Júlio Müller⁶, irmão mais velho de Filinto exerceria o mesmo posto político durante o novo regime implantado por Getúlio Vargas em 1937⁷.

Filinto Müller, recebeu uma educação sólida.

Ele tinha uma professora particular em casa, Antônia Georgina de Farias, antes de ingressar no sistema escolar primário da cidade. No ensino médio, seus pais decidiram mandá-lo para o Colégio salesiano São Gonçalo, com sua bela igreja anexa. De acordo com o pensamento de muitos pais brasileiros da época, aquela escolha garantia que seus filhos tivessem uma boa educação, baseado em sólidos princípios católicos (ROSE, 2017, p. 27).

Tornando-se dessa maneira, um aluno premiado e, ingressando no “seu primeiro emprego como revisor assistente de um tabloide de notícias, a *Gazeta Oficial*” (ROSE, p. 28).

Com apenas dezessete anos participou como voluntário em seu estado natal das manobras do 53º Batalhão do Exército Brasileiro. Após alguns meses de exercícios e aperfeiçoamentos no Exército, Filinto Müller viaja para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1919 onde, matriculou-se na Escola Militar do Realengo, que oferecia educação avançada e sempre à procura de jovens talentos. Nessa academia, entrou em contato com jovens oficiais intensamente ligados à vida política nacional.

Em janeiro, Filinto formou-se aspirante a artilharia. Segundo o *Jornal A Noite*:

⁶ *Jornal do Commercio* (MT).

⁷ Durante o Estado Novo (1937-1945), instituído depois de 10 de novembro de 1937, os governadores, passaram a ser chamados de Interventores Federais, conforme Carta Constitucional da República, de 10 de novembro, que também extinguiu os Partidos Políticos no Brasil.

Em uma cerimônia no dia 7 de janeiro de 1922 na Escola Militar do Rio de Janeiro formou-se aspirantes a oficiais do Exército. Dentre eles, cinquenta e oito na artilharia, doze na engenharia, trinta e sete na cavalaria e noventa e sete na infantaria. Desses duzentos e quatro formandos, obtiveram o primeiro lugar em suas atribuições: Mário Portella Fagundes, Filinto Müller, Descartes Cunha e Roberto Pedro Michelena. Todos foram cumprimentados pelo ministro da Guerra João Pondiá Calógeras, que os instigou a prosseguirem nos estudos, pois haviam adotado uma carreira nobre. Mas apenas os oficiais em destaque receberam um mimo das mãos do Sr. Ministro da Guerra: um relógio de pulso (A Noite, 07.01.1922, p. 2).

Após alguns dias, à Filinto Müller foi atribuído para servir no 1ºRegimento de Artilharia Montada (1ºRAM), sediado na Vila Militar, onde seria promovido a segundo-tenente em maio de 1922. Servia neste complexo quando surgiu o movimento tenentista de 5 de julho de 1922 em reclamação contra o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca. De acordo com o Jornal *A Noite*:

O Sr. Hermes da Fonseca presidente do Clube Militar, tendo, conforme noticiamos, assumindo inteira responsabilidade do telegrama que dirigia ao coronel Jayme Pessoa, comandante da Região Militar com sede em Recife, que fez ciente o presidente da República em carta dirigida, foi mandado repreender severamente, pelo chefe da Nação. Essa resolução do presidente da República, foi levada ao conhecimento do marechal Hermes da Fonseca por intermédio do Departamento da Guerra. Em nota, a diretoria do Clube Militar declara ser solidária com os termos daquele telegrama, pelo que o presidente da República decretou o fechamento da referida instituição durante seis meses. Cerca de 7 horas da noite, pouco antes de ter sido entregue na secretaria do palácio do Catete o ofício do Sr. Hermes da Fonseca, chegou ao Palace Hotel o Sr. marechal Gabriel Botafogo. Ciente que o marechal Botafogo o procurava no salão de visitas, o presidente da República foi imediatamente ao encontro do emissário do governo. Trocadas formalidades o Sr. Marechal Botafogo comunicou ao marechal Hermes o fim de sua ida ao Palace Hotel. O marechal Hermes então declarou que estava desde já a disposição do marechal Botafogo. Minutos depois ambos embarcaram em um automóvel com destino ao quartel do 3º Regimento de Infantaria, localizado na Praia Vermelha (A Noite, 03.07.1922, p. 3).

Ordenados pelo governo de Pessoa e contra a eleição de Artur Bernardes, ao qual se atribuía supostas ‘cartas falsas’, publicada no jornal de oposição *Correio da Manhã* insultando as Forças Armadas. De acordo com José Honório:

A 9 de outubro de 1921, o *Correio da Manhã* publicava uma carta assinada pelo Sr. Artur Bernardes dirigida, aos 3 de junho de 1921, de Belo Horizonte, ao Sr. Raul Soares. Escrita em linguagem desabrida, continha as mais graves acusações e os mais fortes ataques aos oficiais do Exército. Como era natural, profunda foi a agitação causada no Exército, na opinião pública e no Parlamento, apesar da imediata negativa dos Srs. Artur Bernardes e Raul Soares. Era o início da campanha contra a candidatura oficial à presidência da República. Dois dias depois o *Correio da Manhã* reproduziu a mesma carta e a 13 imprimia outra, datada de 6 de junho do mesmo ano, também de suposta autoria do Sr. Artur Bernardes e dirigida a Raul Soares, igualmente afrontosa aos políticos da oposição (RODRIGUES, p. 509).

O movimento tenentista surgiu na década de 1920, ano da Semana de Arte Moderna, da crise do café e da fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O movimento que

envolveu o Forte de Copacabana, a Vila Militar, a Academia Militar de Realengo, no Rio de Janeiro, e o contingente do Exército no Mato Grosso, terra natal de Filinto, sendo derrotado pelas forças do governo, no mesmo dia. Apesar de simpático aos rebeldes, Filinto Müller não chegou a entrar em ação devido às medidas preventivas adotadas pelas autoridades militares, que ordenaram o cerco a diversas unidades, entre, as quais, o 1ºRAM. Mesmo assim, recebeu voz de prisão e permaneceu preso durante quase cinco meses, acusado de estar envolvido no motim.

Levado para no Regimento de Artilharia Misto, em Campo Grande, Filinto foi posto em liberdade da prisão, por ordem do Tribunal Militar que comunicou não possuir razão nas acusações que lhe era impostas. Posteriormente sem que houvesse rebaixamento de sua patente, obteve a promoção de primeiro-tenente em setembro de 1923. Em 1924, servira na unidade de Artilharia Pesada, localizada na cidade de Quitaúna (SP). Essa foi uma das unidades no Estado de São Paulo que, na madrugada do dia 5 de julho, militares partidários do movimento tenentista expulsaram da capital paulista o governo estadual, sob comando de Isidoro Dias Lopes. A estratégia seria de reunir as tropas rebeldes para atacar os principais prédios da cidade. Esperava-se impulsionar todo um conjunto de revoltas em outras partes do país que, causaria a derrubada do governo de Artur Bernardes. Mas, de acordo com Cohen:

Posto em ação, entretanto, o plano não se concretizou como previsto. Acidentes de percurso, como um ferimento na perna do tenente Custódio de Oliveira, atrasaram a saída das baterias de Quitaúna. A sentinela do Palácio do Governo traíndo as ordens do capitão Juarez Távora, um dos chefes do movimento, conseguiu alertar o comandante da II Região Militar, o general Abílio de Noronha. Decidido a reverter a situação, este se dirigiu ao quartel do 4º Batalhão, onde ordenou às sentinelas que depusessem imediatamente as armas, considerando-se prisioneiros. Em seguida deu ordem aos seus subalternos para que prendessem qualquer soldado do Exército ou da Força Pública que chegassem ali. Portanto de início, uma das principais unidades rebeldes abandonou seus camaradas e submeteu-se às ordens da legalidade (COHEN, p.32).

Os militares rebeldes sob comando do cel. Isidoro Dias Lopes tomaram a capital paulista de 5 a 28 de julho, contra-atacados pelas forças legalistas abandonaram a cidade, seguindo em direção ao Estado do Paraná. Segundo LANNA:

formariam a Coluna Paulista, ou Coluna Miguel Costa, que durou de julho de 1924 a março de 1925. Passou pelo Mato- Grosso e chegou até Foz do Iguaçu onde se encontraram com a Coluna Prestes e partiram para o interior do Brasil, por acreditarem na possibilidade de expandir a revolução para o resto do país (LANNA, 2003, p. 319).

Filinto Müller integrou a Coluna Miguel Costa, mas devido a divergências no comando revolucionário, opta por exilar-se na Argentina onde, permanece por um período.

O significado de tenentismo foi forjado nas proporções de suas ações, que ocorreram entre 1922 e 1934. Nesse período existiu como movimento de conspiração e governo. O clube 3 de outubro fora criado no começo de 1931 por iniciativa de Pedro Aurélio de Góes Monteiro e Afrânio de Melo Franco, ambos simpatizantes do tenentismo. O clube teria sido criado como um partido para apoiar a revolução. Góes tinha a preocupação de tirar a política do Exército. “A ideia seria de afastar o Exército da política. No lugar da política no Exército, seria feita a política do Exército” (CARVALHO, 1985; COELHO, 1985).

Além da criação do clube 3 de outubro, o tenentismo ainda persistiria, no pós - 1930, com a participação dos revolucionários no governo de 1930 a 1934.

Como ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Juarez do Nascimento Fernandes Távora, em 1932; da Fazenda Oswaldo Aranha, em 1930; da Guerra José Fernandes de Leite de Castro, em 1930, Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, em 1932 e Pedro Aurélio de Góes Monteiro, em 1934; da Marinha Protógenes Pereira Guimarães, em 1931; e Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida, em 1930 (LANNA, 2003, p. 316).

A participação no poder se explica mais corretamente como uma política de cooptação: desde 1927, quando terminaram suas ações conspiradoras, até 1930, quando viveram no exílio e foram seduzidos pelos políticos dissidentes para legitimarem a Revolução de 1930. Eram considerados valiosas moedas políticas, cobiçados como legítimos revolucionários por suas ações entre 1922-1927. Nesse período como movimento de conspiração pegou em armas para lutar contra as oligarquias dominantes e, surgiu como única alternativa aos anseios das classes médias populares. Mas o tenentismo manteve-se fiel à defesa de suas instituições. Não tinha uma proposta militarista, mas era elitista e propunha a moralização da política através da Revolução e a entrega do poder a políticos considerados por eles como “honestos”.

A marcha dos Dezoito do Forte faz parte dos primeiros movimentos tenentistas. No Forte de Copacabana, o epicentro de outros movimentos ocorridos no Distrito Federal, foi onde os militares revoltosos deram início ao que chamaram de revolução⁸ e dispararam contra alvos estratégicos:

a ilha de Cotunduba, o Forte do Vigia, o Quartel General, a ilha das Cobras, o Depósito Naval e o Túnel Novo. Contra-atacado, o grupo rebelde exigiu, como condição de rendição, ‘a suspensão das hostilidades, a fim de que pudesse receber ordens do marechal Hermes, único a quem obedeciam’ (CARONE, 1975, p. 32).

⁸ SILVA, Kalina Vanderlei. Dicionário de conceitos históricos/ kalina Vanderlei Silva, Maciel Henrique Silva. 2ºed., 2º impressão. São Paulo: Contexto, 2009.

Os encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo*, com dois destroieres, posicionaram em frente ao Forte de Copacabana e abriram fogo. Acuados pelo ataque das tropas legalistas por terra, mar e ar, eles desobrigaram seus comandados, nas palavras do líder rebelde tenente Siqueira Campos: ‘o governo vai iniciar as hostilidades contra o Forte com elementos os mais terríveis; a hora tocou. Quem quiser partir o governo garante a vida; quem quiser ficar fique, mas posso prevenir que nada de bom nos espera’ (CARONE, 1975, p. 39).

Permaneceram no Forte o tenente Newton, o tenente Siqueira Campos e 14 soldados. Esses compuseram o grupo heroico do tenentismo, a denominada legendária Marcha dos Dezoito do Forte, que foi de encontro pela Avenida Atlântica em direção às forças do governo. O episódio gerou dois grandes mártires, tombados em luta: os tenentes Milton Prado e Mário Carpenter. Os únicos sobreviventes deste episódio se tornaram dois grandes líderes do tenentismo: Siqueira campos e Eduardo Gomes (FORJAZ, 1977, p. 47; FAUSTO, 2002, p.308). Observando que a historiografia e mesmo a imprensa da época, as informações são muito confusas e não se sabe ao certo quantos morreram e quantos sobrevieram.

Na Vila Militar, o movimento não obteve sucesso. Oficiais da Escola de Realengo formaram uma coluna e marcharam para a Vila Militar, mas no “caminho enfrentaram as forças do governo dos batalhões de engenharia, artilharia e infantaria até a rendição” (LANNA, 2003, p.318). Nesse combate lutaram os tenentes Juarez Távora, Ciro do Espírito Santo Cardoso e Ricardo Hall (CARONE, 1975, p. 35; FORJAZ, 1977, p.47).

No Mato Grosso, todo o comando do Exército aderiu ao movimento sob liderança do general Clodoaldo da Fonseca. As movimentações das tropas ocorreram em Campo Grande e Três Lagoas e, a intenção era atravessar o rio Paraná para invadir São Paulo. O governo, entretanto, conseguiu interromper a comunicação do Mato Grosso e foram presos em Três Lagoas e sem comunicação, os rebeldes negociaram, em 8 de junho a rendição (LANNA, 2003, pp.318, 319).

Esses movimentos não iniciaram de uma ação conjunta sistemática, mas comungavam da mesma motivação e, foram reprimidas de 5 a 8 de julho pelo governo de Epitácio Pessoa.

Filinto Müller, de acordo com NETO:

Contudo, à época preferia se exilar na Argentina _ onde trabalhou como motorista, lavador de carros e corretor de imóveis a fazer parte da marcha revolucionária comandada por Luís Carlos Prestes e Miguel Costa, que o expulsaram definitivamente dos quadros do movimento, sob acusação de ser um desertor e de ter se apropriado de recursos da Coluna (NETO, 2013, p.136).

Exilado em Buenos Aires, conheceu sua mulher, com quem viria a ter duas filhas. Regressando ao Brasil em 1927, fora condenado pelo governo vigente por envolver-se no

levante no Estado de São Paulo. Impaciente com a condenação determinada pelo Superior Tribunal Militar (STM), solicitou *habeas-corpus*. Mas como consta no jornal *Correio da Manhã*: “Relator, o ministro Muniz Barreto, negou-se a ordem impetrada, contra os votos dos ministros Firmino Whitaker Filho, Soriano de Souza, Geminiano da Franca, Edmundo Lins e Leoni Ramos” (Correio da Manhã, 01.10.1929, p. 2).

“Após cumprir a pena, passou a trabalhar como vendedor da Mesbla, até ser beneficiado pela anistia geral decretada por Getúlio após a chegada ao poder em 1930, sendo reincorporado à tropa” (NETO, 2013, p. 136). Em 1931, Müller foi secretário do Interventor Federal em São Paulo. Em janeiro de 1932 Getúlio Vargas assinou o decreto na pasta da Justiça, nomeando na Polícia Civil do Distrito Federal o capitão Müller para Diretor Geral de Investigação⁹.

⁹ Correio da Manhã, 12.01.1933, p. 3.

2- NO CARGO DA CHEFATURA DE POLÍCIA

No início de junho, o jornal *Correio da Manhã*, publicava em suas páginas, protesto dos revolucionários de 1922 e 1924, em que Filinto Müller participara, divergindo do manifesto comunista de Luís Carlos Prestes. “No abaixo assinado que tivemos nossos nomes envolvidos nos acontecimentos revolucionários de 1922 e 1924, declaramos que divergimos de modo radical e absoluto do programa constante do manifesto do Sr. Luís Carlos Prestes” (*Correio da Manhã*, 03.06. 1930, p. 2).

Filinto Müller não chegou a participar do movimento revolucionário que levou Getúlio Vargas ao poder no início de outubro de 1930. Refletindo sobre esse período em relação ao contexto internacional e o pensamento político brasileiro é importante considerar como ressalta Lucia Lippi Oliveira

nos anos 30, o Brasil não seguiu rumos muitos distintos dos que estavam sendo trilhados pelos países europeus e que eram objeto de atenção dos brasileiros ilustrados.¹⁰ Mussolini na Itália em 1923; Hitler na Alemanha em 1933, Salazar em Portugal em 1929 e a Espanha em guerra civil entre 1936 e 1939, eram eventos acompanhados de perto por brasileiros (Apud SERRATTO, 2008, p. 10).

Filinto Müller substituiu João Alberto na chefatura de polícia, que se candidatara a deputado constituinte por sua terra natal, Pernambuco. Em abril de 1933, como medida preventiva da ordem pública Filinto comunica que nos dias 1 e 3 de maio não seja permitida a venda de bebidas alcoólicas. Segundo consta no *Correio da Manhã*:

Atendendo a necessidade que existe para essa repartição de poder fiscalizar e manter perfeita ordem durante as manifestações do Dia do Operário: Levando em consideração a necessidade que existe de reduzir ao mínimo a possibilidade de distúrbios durante o dia da realização das eleições para a Constituinte: determino que não seja permitida a venda de bebidas alcoólicas no Distrito Federal, excluindo a cerveja, o chopp e vinho, às refeições nos hotéis e restaurantes, nos dias 1 e 3 de maio (*Correio da Manhã*, 26.04.1933, p. 3).

Além de baixar portaria, determinando que que nesses dias seja redobrada a rigorosa fiscalização sobre o porte de armas proibidas que vem sendo exercidas, especialmente próximas das seções eleitorais.

Estruturalmente a Polícia do Distrito Federal, estava equipada com diversos recursos, para realização de suas tarefas e, o cargo que Filinto Müller assumiu em 1933¹¹ contava

Com 3.528 funcionários fixos no Rio, sem contar os informantes; a prestação de outras delegacias de outros estados e municípios; as verbas secretas; a colaboração das polícias e de convênios internacionais; a criação da Delegacia Especial de

¹⁰ OLIVEIRA, L. L., VELLOSO, M. P. E GOMES, A. M. C. Estado Novo: Ideologia e poder, op. cit., p. 7.

¹¹ Seguindo o decreto 22.332.

Segurança Política e Social que foi criada com a extinção da 4ª Delegacia, em 1933; os órgãos paralelos de repressão e mais o serviço de delação de amplos setores da população (CANCELLI, 1991, p. 108).

Já como chefe de Polícia, logo após assumir o cargo, seu nome aparece na imprensa ligado a uma prática corriqueira naquela instituição: o uso da violência.

No dia 27 de setembro, o Dr. Demócrito de Almeida, 3º delegado auxiliar, oficiou o chefe de polícia, comunicando haver recebido, por parte de numerosa comissão de pessoas residentes na jurisdição do 9º distrito policial, numa representação contra o Comissário Braga Mello, em virtude de violências que vem praticando a referida autoridade. O 3º delegado auxiliar informa ao capitão Filinto Müller, que os queixosos pedem providencias no sentido de cessar tal estado de coisa (A Noite, 27.09.1933, p. 5).

Filinto ocuparia o cargo até julho de 1942, atravessando um período particularmente agitado da vida política nacional, marcado entre outros eventos, pela promulgação da Constituição de 1934, pela Intentona Comunista em 1935, pela decretação do Estado Novo em 1937, pela revolta verde em 1938. Segundo o jornal *A Noite*:

Não se compreende uma revolta sem armas e a ‘revolta verde’, como ficou cogminada a conspiração fracassada dos adeptos dos Sigmas dissidentes, tinha-as em quantidade impressionante. A Polícia do Distrito Federal e em todos os Estados da União, notadamente São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e no norte do país apreendeu armas e munições que traduzem os propósitos sediciosos dos implicados no movimento, cujos planos foram frustrados, a tempo. No Núcleo Integralista da ilha do Governador foi apreendida uma metralhadora acompanhada de grande copia de munição apropriada para ela, além de rifles, mosquetões, revolveres, ‘bananas’ de dinamite e vários cunhetes de munição (A Noite, 18.03.1938, p.3).

Em novembro de 1933, ocorria a primeira sessão ordinária da Constituinte, no Palácio Tiradentes destinada à escolha da Comissão Constitucional, segundo traz a imprensa carioca:

A Assembleia Nacional fez hoje a sua primeira sessão ordinária, que foi concorridíssima, tanto no recinto quanto na tribuna e galerias, com uma concorrência que não ficou muito aquém da do dia anterior, notando a que a maior diferença foi apenas ausência de mulheres. Essa concorrência resultava das notícias de que os trabalhos iniciais da Constituinte iriam ser movimentadíssimo com discursos, indicações, debates, etc. Na presidência, o Sr. Antônio Carlos (A Noite, 16.11.1933, p. 1)

Instalados os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte que, em 16 de julho, promulgou a nova Constituição de 1934¹². A referida Carta determinava que a eleição para

¹² A Constituição de 1934 reafirmou o voto feminino, não obstante proibisse o voto dos analfabetos; institucionalizava a Justiça Eleitoral; também estabelecia direitos trabalhistas. O Poder Legislativo seria exercido pela Câmara dos Deputados, auxiliado pelo Senado, que desempenhava funções de coordenação dos poderes (BRASIL, 1934). Na luta para impor suas pautas, tanto os tenentes quanto as oligarquias conseguiram algumas vitórias. As bancadas do Centro-Sul conseguiram manter a forma federativa, mas a União ganhou amplos poderes. Os tenentes conseguiram a representação classista e a nacionalização das riquezas do território e águas.

presidente da República seria realizada de forma indireta através dos votos da Assembleia Nacional Constituinte. No dia 17 de julho Vargas foi eleito com 175 votos contra 71 recebido pelos demais candidatos (CARONE, 1976a).

Após o processo de constitucionalização, ocorreria “as eleições para legislaturas estaduais (as quais, em seguida elegeram os governadores dos Estados), foram realizadas em outubro de 1934” (SKIDMORE, 1982, p. 40). A família Müller, mantinha influência política no Estado e contrariava a administração de Leônidas de Matos que, “organizou o Partido Liberal Mato-Grossense – PL em março de 1933” (ARRUDA, 2019, p. 73). A economia do Estado atravessa naquele momento uma crise, segundo Abreu (et al, 2010), o que dificultou a atuação de Leônidas de Matos e contribuiu ‘[...] o amadurecimento da articulação oposicionista.’

O cargo que Filinto Müller assumira desde 1933

possibilitava a concessão de diversos favores e quase a totalidade dos políticos mato-grossenses compreendia perfeitamente as potencialidades proporcionadas pelo cargo, inclusive existe uma tendência dos políticos e historiadores em exagerarem a influência e poder decisório de Filinto Müller. Logo, vários grupos clamaram para Müller se candidatar ao governo estadual (ARRUDA, 2019, p. 77-78).

Mas, a maior dificuldade para Filinto Müller, ser eleito na interventoria era Leônidas, motivo pelo qual “era cuiabano e formado em Direito em Porto Alegre, onde trabalhou como advogado com Getúlio Vargas” (ARRUDA, 2019, p. 72). E além disso era amigo pessoal do presidente, significando ter o seu apoio.

O capitão Filinto Müller seria escolhido candidato articulado pelas lideranças do Partido Evolucionista (PE) e, segundo o *Jornal do Commercio*:

No alto cenário político nacional do nosso Estado, neste momento o nome do valoroso e brilhante oficial do Exército que é o Capitão Filinto Müller, constitui o centro de convergência de todas as atenções e das vivas esperanças do povo mato-grossense. Para administrar os Estados, após estes quatro anos de imediatas dificuldades e acentuada depressão em todas as suas forças produtoras, exige-se muito mais do que anteriormente, em que a honestidade, tolerância e critério pessoal, constituíam virtudes suficientes para a posse (Jornal do Commercio, 15.7.1934, p1).

E obteve enorme efeito nos setores oposicionistas, Segundo Abreu:

As forças oposicionistas cresceram a tal proporção, principalmente da parte do PE, que até alguns membros do Partido Liberal se opuseram a Matos, na iminência de provocar uma intervenção federal. Leônidas de Matos foi exonerado antes das eleições de 14 de outubro de 1934. Sobre a demissão, os partidos expuseram versões

A representação classista era apoiada por Oliveira Viana e Alberto Torres, referia-se a uma Câmara Classista composta por 18 deputados representantes dos empregados, 17 representantes dos empregadores, 3 dos profissionais liberais e 2 dos funcionários públicos. A Câmara Classista tinha clara inspiração do Corporativismo da época (CARONE, 1976^a).

diferentes em seus manifestos e jornais. Os liberais justificaram que todos interventores tinham sido retirados para a realização de eleições limpas e não significava sua demissão. Enquanto os evolucionistas comemoraram e argumentaram que mostrava o desprestígio do interventor (ABREU, et al, 2010).

Em Campo Grande, “perante o Ministro da Justiça toma posse o novo interventor do Mato Grosso Dr. César de Mesquita Serva” (Jornal do Commercio, 10.10.1934, p. 1), que permaneceria poucos meses no cargo. Mesmo antes da chegada do novo interventor no estado, haveria disputas entre os partidos políticos interessados no apoio a fim de influenciar as decisões.

Em particular, Filinto Müller queria demonstrar ter apoio de Vargas e do interventor, ao explicitar isto aos conterrâneos conseguiria mais facilmente estabelecer uma maioria no estado, sob sua liderança. Müller fazia questão de comprovar ter informação do que se passava no governo federal quando telegrafava aos aliados, as mensagens constantes comprovavam sua sintonia com governo federal. Na chegada do interventor a Cuiabá foi oferecida uma festa de recepção, a convite de Filinto Müller, Barbosa Martins e Mário Corrêa (ARRUDA, 2019, p. 80).

A principal tarefa de Serva era assegurar que o conflito não interferisse na eleição e desta forma, o governo não privilegiasse nenhum de ambos os lados. “A Assembleia Legislativa Constituinte escolheria o futuro governador” (ARRUDA, 2019, p. 81).

Após o pleito ser marcado por agitações, a Justiça Eleitoral declarou diferentes resultados eleitorais; o mais divulgado nos telegramas e que consta no DHBB (ABREU, et al, 2010). Segundo ele: o PE elegeu 15 deputados estaduais e três deputados federais: Trigo Loureiro, Generoso Ponce Filho e Arthur Jorge Filho. O PL elegeu 9 deputados estaduais e um deputado federal, Ytório Corrêa da Costa. (ABREU, et al, 2010). Intervendo assim, a relação de forças no estado. “Os dados disponíveis sobre o período entre as eleições de 1934 até as eleições de 1935 são escassos” (ARRUDA, 2019, p. 83).

Em fevereiro de 1935, por motivo de saúde seria substituído o Interventor Dr. Mesquita Serva, pelo Dr. Fenelon Müller. Segundo o *Jornal do Commercio*:

Tendo se agravado o estado de saúde do Interventor Dr. Mesquita Serva, vai ser substituído conforme pedido insistente ao Sr. Presidente da República. Será nomeado Interventor Federal o Dr. Fenelon Müller, partindo em breve do Rio, viajando em sua companhia o Dr. Mario Corrêa. O Dr. Mesquita Serva, acompanhado de seu secretário particular, o Dr. Alcebíades Guaraná, partirá de avião em viagem direta à São Paulo, indo a Poços de Caldas, por conselhos de seus médicos (jornal do Commercio, 26.02.1935, p. 1).

Fenelon Müller, o primeiro evolucionista que sobe ao poder, disse ao *Jornal do Commercio*, em relação a questão política:

Infelizmente, o meu irmão Filinto não irá mais para a presidência do meu Estado atendendo as solicitações do Sr. Getúlio Vargas, que o deseja a frente da chefia de

polícia. O futuro candidato, segundo ficou resolvido, será escolhido, pela Comissão Executiva do partido, entre os vários nomes a ser apresentado ao atual chefe de polícia desta capital. Escolhido este será feita a coordenação entre os deputados de maneira que a sua eleição seja garantida não só pelo voto dos nossos partidários como também por aqueles que, embora pertencendo a partidos diversos, reconheçam na pessoa do indicado um homem capaz de satisfazer aos mais altos interesses de Mato Grosso (Jornal do Commercio, 07.03.1935, p. 4).

A alteração não foi bem recebida pela setores que o acolhiam, que faziam articulações em comunhão com o (PL), para eleger Mário Corrêa.

[...] a configuração entre as elites políticas em disputa (e das elites com governo federal) foi complexa. Nas cartas os relatos dos políticos apontam fatos contraditórios e a imprensa dos partidos divulgou informações intrigantes, bem como utilizaram notícias falsas. Por exemplo, manifestos políticos expressavam apoio à candidatura de Mário Corrêa ao governo estadual; ao mesmo tempo, existem cartas, manifestos, panfletos afirmando a união de Corrêa da Costa e os Müller (ARRUDA, 2019, p. 85).

Em 30 de agosto de 1935, Fenelon Müller manifestou-se comovido diante das expressivas demonstrações de dignidade e lealdade partidária a qual havia recebido de todos os quadrantes do estado. Posteriormente as 18 horas passou o cargo ao seu substituto o cel. Newton Cavalcanti¹³.

2.1 O Combate aos Comunistas

Dentre todos os inimigos construídos no governo de Getúlio Vargas, os comunistas¹⁴ foram os que mais obtiveram a ação da polícia, justificando sua existência e ideologia como obra do demônio.

O cuidado policial com ideologias que tivessem a pretensão de se disseminar em meio aos trabalhadores e perturbar a produção e a ordem moral e social já vinha, é claro, desde os tempos em que o mercado de trabalho nas grandes cidades começou a se delinear preponderantemente com base na imigração europeia e no crescimento da indústria (CANCELI, 1993, p. 80).

Os comunistas tinham prioridade, embora não os únicos da ação policial, devido pregarem uma alternativa diferente, o liberalismo, associando-o a uma política que permitiria a existência do conflito de classes. A perseguição que a polícia exerceu sobre os comunistas durou praticamente todo o período em que Getúlio Vargas esteve no poder, mas com maior

¹³ Jornal do Commercio (MT), 30 de ago. de 1935, p 1. Acesso em 23/05/2020.

¹⁴ Não se deve deixar de observar que o Estado pós-30 fez questão de cunhar todas as formas de resistência operária como sendo obra dos comunistas e de sua ideologia exótica. Desta maneira, garantia-se, também por meio da propaganda e do preceito, maneiras eficazes de controle da classe operária. Sobre a resistência operária, ver artigo de Hall e Pinheiro, 'Alargando a história da classe operária': Organização, lutas e controle. São Paulo: UNICAMP, 1985.

intensidade entre 1935 e 1937, período da tentativa de golpe dos comunistas e a implantação do Estado Novo. Ao longo do tempo a repressão recaiu sobre os comunistas por quê:

Primeiro, eles representavam uma ideologia de esquerda que questionava fundamentalmente as premissas do capitalismo e das lideranças que se diziam representantes da burguesia e da ‘nova ideologia’; segundo, porque efetivamente eram combatidos nas ruas pelo integralistas e respondiam, às provocações, utilizando-se de métodos similares; terceiro porque realmente tentaram se organizar internacionalmente e transformar o mundo de acordo com suas concepções políticas; e quarto, porque de fato ensaiaram ingenuamente tomar para si o poder do país em 1935 (CANCELLI, 1993, p. 81).

A partir destas condições facilitou-se a construção de um discurso anticomunista e, criou uma receptividade de boa parte da população brasileira em relação as manifestações feitas por esses “subversivos” que eram apresentados como agentes nocivos que impediam o Brasil de prosperar economicamente. E por isso, representavam um inimigo a combater.

Em quatro anos de 1930 a 1934, com base na ideia de “expulsar do território nacional estrangeiros perigosos à ordem pública ou nocivos ao interesse do país”, 178 líderes do movimento operário já haviam sido banidos do Brasil¹⁵.

A fundação em 12 de março e o rápido crescimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL). “Mais de 1600 sedes locais da Aliança Nacional Libertadora haviam brotado, até fins de maio de 1935” (SKIDMORE, 1982, p. 41). Nos primeiros meses de 1935, fez com que, parlamentares que haviam elaborado a Constituição de 1934, apressarem-se na aprovação da primeira Lei de Segurança Nacional da história brasileira, promulgada em abril de 1935, também conhecida como ‘Lei Monstro’¹⁶.

O apelido pegara. Desde o começo do ano, era dessa forma que os jornais oposicionistas vinham se referindo ao projeto elaborado por Vicente Rao e que previa punições a ‘crimes contra a ordem política e social’- inovação jurídica que garantia o controle e a repressão mais eficazes sobre os inimigos subversivos (NETO, 2014, p.205).

A nova lei começou a ser aplicada imediatamente, proporcionando ao governo federal poderes especiais para reprimir atividades, propagandas denominadas subversivas ao regime vigente. De acordo com NETO “Jornais poderiam ser tirados de circulação, livros, confiscados, revistas, apreendidas (2013, p. 206). Inconformados a imprensa se manifestou

Não teremos mais sequer o direito de pensar em voz alta, protestou o jornal esquerdista *A Platéia*, que se anunciava como “um jornal popular e anti-imperialista. Companheiros, a Lei de Segurança Nacional é a maior e mais hedionda ameaça que já pesou sobre os trabalhadores. É o regime do despotismo policial, de opressão e de

¹⁵ Edgard Carone, *A República Nova*, p. 144.

¹⁶ Correio da Manhã, 31 de mar. de 1935, p. 8. Acesso em 1/05/2020.

misérias maiores de que já temos sofrido. As nossas mínimas conquistas serão destruídas. As nossas reivindicações, irrealizáveis¹⁷ (2013, p.206, apud CARONE pp. 309-315).

Houve apreensão do jornal oposicionista *A Pátria*, do Rio de Janeiro, que teve suas oficinas invadidas por agentes da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS). Essa era a polícia política do Distrito Federal, criada em janeiro de 1933 e dirigida por Filinto Müller¹⁸.

No início do mês de julho de 1935, “estiveram no palácio do Catete, Waldomiro Lima, Macedo Linhares e Jenny Gomes para convidar Getúlio Vargas para missa que seria celebrada na Candelária, pelos militares e civis mortos nos movimentos armados de 1922 e 1924” (Correio da Manhã, 04.7.1935, p.2). Sendo que, no dia 5, data comemorativa dos levantes de 1922 e 1924 a ser realizado no Estádio Brasil, em São Cristóvão. Antecipando-se Filinto divulgou uma portaria contendo acusações à ANL

A fim de evitar possíveis agitações, esta chefia não permitirá o dia de amanhã (5), manifestação alguma em praça pública, permitindo, entretanto, reuniões em recintos fechados, mediante prévia autorização da Delegacia Especial de Segurança Política e Social. Publique-se. O chefe de Polícia, Filinto Müller (NETO, 2013, p. 232).

E na data do aniversário da revolta tenentista Luís Carlos Prestes, presidente de honra da ANL

Pronunciou violento discurso, atacando o fracasso de Vargas ante aos ideais de 1922; o de que o Brasil precisava era de um ‘governo popular’, que fosse realmente ‘revolucionário e anti-imperialista’. Superestimando gravemente as perspectivas de uma revolução de massas da esquerda, terminou com o grito: ‘Abaixo o governo odioso de Vargas! Abaixo o fascismo! Por um governo popular nacional revolucionário! Todo o poder a Aliança Nacional Libertadora!’ (SKIDMORE, 1982, p. 42).

Em 13 de julho é fechada a sede da Aliança Nacional Libertadora e todos os seus núcleos em âmbito nacional. Segundo consta no *Correio da Manhã*:

O governo assinara um decreto mandando fechar por seis meses a ANL, cuja sede central era localizada na Avenida Almirante Barroso, nº1 e da União Feminina do Brasil localizada na Avenida Rio Branco nº 117, 4º andar sendo todas ocupadas e lacradas por agentes da polícia, confiscando documentos utilizados posteriormente para provar que ANL era financiada pelo exterior e controladas por comunistas (Correio da Manhã, 13.7.1925, p. 1).

Posta na ilegalidade, os integrantes da ideologia planejavam uma sublevação com intuito de tomar o poder das mãos de Getúlio Vargas. O capitão Filinto Müller mantinha

¹⁷ “Manifesto operário contra Lei de Segurança Nacional”, reproduzido por Edgar Carone, op. Cit., pp. 309-315.

¹⁸ Neto, Lira. *Getúlio: Do governo provisório ao Estado Novo (1930-1945)*, p.196.

agentes infiltrados na organização de ideologia bolchevista, obtendo informações do que se passava no interior da mesma. Segundo o historiador brasileiro SKIDMORE:

Nessa altura, a ala revolucionária do Partido Comunista, que havia rejeitado a tática de frente popular, pedindo, em seu lugar, um levante armado, funcionava com tal perfeição nas mãos de Vargas, que muitos participantes, mais tarde, concluíram que esses acontecimentos eram planejados por agentes do governo, infiltrados tanto na Aliança Nacional Libertadora quanto no próprio Partido Comunista. Em fins de novembro de 1935, os militares revolucionários das guarnições nordestinas de Natal e Recife promoveram uma quartelada, assassinando seus oficiais superiores, mas os rebeldes do nordeste tinham falhado em coordenar o seu golpe com os conspiradores do sul. Quando os militares comunistas rebeldes se movimentaram no Rio de Janeiro, os comandos locais tinham sido completamente alertados e a revolta foi facilmente esmagada pelas forças do governo. Vargas possuía agora a justificativa ideal para a repressão da esquerda: provas indiscutíveis do perigo e traição armada (1982, p. 43).

Posteriormente, a derrota dos rebeldes, Filinto Müller realizou um balanço para apresentação e avaliação do presidente. De acordo com NETO:

[...] em absoluta sintonia com o presidente da República, o chefe lamentava que, ‘na repressão, temos de nos conformar, de acordo com a Constituição, aos limites estabelecidos em lei’. Müller sugeria que a solução definitiva para os casos de subversão implicaria ‘profundas modificações do estatuto político brasileiro, a fim de que o governo seja dotado de meios rápidos e enérgicos para a repressão do extremismo’. Em outras palavras, mesmo a Lei de Segurança Nacional, a famigerada Lei Monstro, era considerada leve demais para castigar os insurgentes (2013, p. 251).

Filinto Müller organizara a polícia sob seu comando de forma eficaz, sendo que no início de 1936 foram presos em vários esconderijos comunistas que supostamente produziam grande quantidade de propaganda relacionadas a ideologia subversiva. Em um desses esconderijos, segundo o jornal *A Noite*:

Efetivamente eram comunistas os enigmáticos moradores do apartamento n° 11, de um edifício Villela de cor cinza, localizado na avenida Paulo de Frontin, n°606. No local foram presos Adalberto Andrade Fernandes e sua mulher Elza, rapariga de 18 anos, que aliás, não é casada, e sim apenas unida por laços bem ‘comunistas’. Adalberto era operário da construção civil. Estava a dois anos desempregado, mas pagava 400.000 réis mensais de aluguel do apartamento. O outro preso, trabalhava na Assembleia Municipal, trabalho que o não impedia de dedicar-se muito ao partido (PCB), pois seu cargo estava todo a serviço datilográfico do mesmo (*A Noite*, 17.01.1936, p. 1).

Vasta documentação fora apreendida e segundo a polícia servia de arquivo do secretariado da ANL e, talvez, do Partido comunista do Brasil. Havia documentos relativos ao movimento nos Estados de Pernambuco, Rio grande do Norte, Alagoas e, principalmente no Pará. Muitos desses documentos referiam-se a consideráveis valores para provocar rebeliões nos respectivos Estados. Na apreensão foi descoberto, dentre os numerosos documentos que havia um plano de extermínio de muitas pessoas, sobretudo da polícia. Logo a rebelião

explodisse, vitoriosamente seriam fuzilados aqueles que combatem os maquiavélicos planos comunistas.

Em outra ocasião em março de 1937, sob vigilância da polícia foi descoberta uma ameaçadora célula comunista, localizado na estrada Vicente de Carvalho, em Braz de Pinna no Distrito Federal. Ali funcionava uma oficina de um jornal intitulado *Classe Operária*, além de uma estação de rádio clandestina. De acordo com o jornal *A Noite*:

A polícia conseguiu efetuar a prisão do ex-sargento da Polícia Militar, Manoel Alves, mais conhecido pelo vulgo de 'Managô' e que a muito vinha sendo procurado, por saber ser um dos chefes da propaganda comunistas nos quartéis. Efetuada a detenção, levado a constantes e hábeis interrogatórios, Manoel Alves passou a revelar segretos, a fornecer à polícia informações preciosas dos seus camaradas. Ele próprio indicava onde se encontravam outros setores do comunismo, e, assim, de uma feita a polícia foi bater na casa de um italiano, agente da ideologia vermelha, onde se dizia haver constantes reuniões extremistas. A diligencia foi rumorosa, estabeleceu-se renhido tiroteio entre a polícia e os que se encontravam nessa casa, sendo, afinal, dominada a situação, embora o italiano e seus companheiros conseguiram fugir, com exceção de apenas dois homens. Foram apreendidas ali, então, além de grande quantidade de prospectos de propaganda comunista, inúmeros exemplares de um jornal clandestino intitulado '*Classe Operaria*'. Mais adiante grandes caixas de madeira, foram abertas. Continham elas a aparelhagem completa de uma pequena estação radiográfica receptora e emissora pronta para ser montada. Essa aparelhagem era perfeita, nova e de elevado custo. Todo esse material, prospectos, jornais e a máquina impressora depois de desmontadas, foi apreendido e levada a chefatura de polícia (*A Noite*, 19.03.1937, p. 2).

A polícia constatou que no Rio de Janeiro estava se desenvolvendo trabalho intenso de reorganização do Partido Comunista que ficara destruído como se soube da prisão de seus maiores camaradas, os quais estão sendo acusados de pelo Tribunal de Segurança Nacional. Justamente porque os indivíduos que eram conhecidos como os principais dirigentes se encontraram sob custódia por vários meses e alguns deles por alguns anos. A polícia teve a necessidade no sentido de descobrir quem estaria substituindo, com tamanho interesse na reorganização do partido bolchevista, aquele punhado de adeptos da ideologia que estão a prestar conta a justiça. A polícia precisava conhecer com que meios financeiros estavam esperando para pagar o preço dessa pretensão e sobretudo na origem do dinheiro com que atendiam as despesas, com as impressões de boletins, cuja era grande a circulação e assim como da própria Classe Operaria.

Nesse combate aos comunistas, os policiais descobriram algumas listas intituladas 'Socorro Vermelho' com diversas quantias em dinheiro contribuídas tanto por comunistas, como por simpatizantes da ideologia. Onde se iniciava essas listas? E era isso que os investigadores procuravam descobrir. Em outras diligencias outras listas foram encontradas. O capitão Emílio Romano buscava então, saber como se entendiam os comunistas que

estavam trabalhando para reunir os tais socorros. A Polícia ouviu os indivíduos suspeitos e descobriu, que fora tudo combinado em uma assembleia. Com resultados, alguns dias após, ficava constatada que uma assembleia havia sido convocada, não sabendo por quem, a ser realizada num dos subúrbios da capital, tendo sido provadas. Essa assembleia fora organizada por muitas pessoas, entre elas mulheres e, dividida em duas comissões uma delas intitulada ‘Comitê de Imprensa’ e a outra ‘Socorro Vermelho’.

A comissão do ‘Socorro Vermelho’ ficava encarregado de conseguir, por meio de lista, dinheiro para instalação da sede do partido Comunista que se reorganizava através de matérias apreendidos anteriormente.

A comissão do ‘Comitê de Imprensa’ fora constituída por elementos de grau mais elevado na cultura intelectual, pois a esses comunistas incumbiam a propaganda ideológica, tanto na imprensa como nas que servisse para colaboração, essa comissão era encarregada do entendimento de uma sociedade mais evoluída intelectualmente, não só para a catequização dos mesmos, como para conseguir contribuição em dinheiro.

A captura do espanhol Francisco Romero, comunista dentre tantos que a polícia política pôs as mãos. Romero residia na rua Borda do Mato, nº187, no Grajaú, com seus filhos e esposa, guardando um verdadeiro arsenal que serviria, segundo consta na fonte, para destruição planejada pelos adeptos de Moscou. Entretanto, a munição explodiu e vitimou sua mulher e feriu gravemente seus filhos.

Preso, foi descoberto a sua verdadeira atividade e posto a disposição do Tribunal de Segurança Nacional. A criação do Tribunal de Segurança Nacional, em 12 de setembro de 1936, facilitou a ingerência na justiça.

Como uma criação que visava efetivamente manter o governo no poder através dos atos policiais de terrorismo e repressão, a existência do Tribunal de Segurança começava a preencher uma lacuna na estratégia totalitária de poder. Aliado ao temor que as pessoas começavam a sentir e à vigilância que cada um fazia de si e dos que cercavam, havia agora um palco de encenação para a farsa judiciária (CANCELLI, 1993, p.102).

Em virtude da suspensão do estado de guerra e, um habeas-corpus em seu favor, Francisco Romero foi posto em liberdade. Desde então a DESPS, sob orientação do Dr. Israel Souto, que se empenhou em descobrir a localização, afim de capturá-lo, o que conseguiu, quando esse trabalhava como pintor em uma casa de música da avenida Rio Branco¹⁹.

Em uma das edições da revista ‘Anti-Komintern’ que publicou um artigo com o título: *O Brasil e sua ação contra a ameaça comunista*, onde são estudados os efeitos causados pela

¹⁹ A Noite, 5 de fev. de 1938, p. 1. Aceso em 20/07/2020.

nova Constituição brasileira sobre o perigo comunista no país. Depois de recordar das graves condições em que se encontrava o Brasil, que o Komintern transformara em um centro de propaganda na América do Sul e, que culminaram no levante de novembro de 1935, o articulador considera que o novo regime político, instituído pelo presidente Getúlio Vargas, é o mais adequado para livrar o país da ameaça bolchevista e que a nova Constituição oferece para o Brasil, a possibilidade de se defender de uma vez por todas de um golpe comunista²⁰.

Na capital gaúcha a Polícia Militar efetuou a prisão de vinte comunistas que se entregavam as atividades subversivas, recolhendo-os ao presídio militar²¹. Foram presos quando procuravam distribuir boletins de propaganda comunista, no endereço da rua Carolina Machado, o gráfico Mario da Costa Alves, brasileiro de 21 anos, residente na rua Alaíde, nº 13, casa 3 e, o farmacêutico Moisés Clemencio dos Santos também, brasileiro, de 21 anos, residente na rua José Guedes, nº 6, em Bento Ribeiro. Os comunistas foram apresentados a chefia de polícia²².

O juiz Pereira Braga, presidiu no Tribunal de Segurança Nacional, o julgamento que veio lembrar as agitações comunistas em Natal e Recife. O processo originado na Bahia, em que eram acusadas varias pessoas por terem aprimorado um plano de conflagração na zona sul daquele Estado, assaltando o comércio, bancos, as repartições públicas e as propriedades particulares e por fim substituir a atual forma de Governo pela de uma ditadura bolchevista proletária. Esses indivíduos faziam parte da extinta Aliança Nacional Libertadora e para o movimento projetado, haviam sido articulados com os adeptos da mesma ideologia comunista no Rio Grande do Norte e Recife. Suas reuniões realizavam-se na propriedade de Raimundo Pacheco Amaral, um ponto de areia, onde compareciam vários russos. Entre eles o comerciante Simon Rosebelk. Preparando ambiente para a consecução de suas ideias distribuía boletins e bandeiras vermelhas, escrevendo nas paredes frases comunistas. Defendendo o caso o advogado Messias Rolim. No fim dos debates o juiz Pereira Braga homologou a sentença condenando Nelson Schalum a 5 anos, Gilda Alves Amorim, a 5 anos; Ariston Bacellar e André Bento Silva a 2 anos; Marcelino José Alves a 6 anos e 8 meses. José Martins Silva a 3 anos e 4 meses. Horácio Pessoa Albuquerque a 4 anos e 4 meses; Boanerges Morais a 1 ano; Edson Morais a seis meses e outros a penas menores²³.

²⁰ A Noite, 9 de fev. de 1938, p. 2. Acesso em 20/07/2020.

²¹ A Noite, 18 de fev. 1938, p. 1. Acesso em 20/07/2020.

²² A Noite, 21 de mar. de 1938, p. 3. Acesso em 20/07/2020.

²³ Jornal do Commercio (MT), 3 de fev. de 1940, p. 1. Acesso em 20/07/2020.

A eficiente ação do capitão Filinto Müller, auxiliado pela DESPS, sob a direção do delegado Batista Teixeira, conseguiram prender os dirigentes comunista, que por sinal, realizavam manifestações em Mato Grosso. A partir, do relatório do delegado Batista Teixeira, sobre as descobertas de atividades comunistas, em que, a polícia vinha direcionando sua atenção, trabalhando sem poupar esforços, dia e noite, inúmeras ações foram realizadas com investigações em absoluto sigilo, efetuando diversas detenções dos principais chefes do PCB. Presos em flagrante na trama subversiva e pelos documentos com eles encontrados, avaliou-se o trágico futuro que julgavam designar ao país.

Chefiava toda essa imensa organização, Honório de Freitas Guimarães. Sua prisão fora realizada em condições dramáticas. Cercada a sua residência para não empreender fuga, preferiu enfrentar a polícia de arma em punho. Depois de trocas de tiro foi ferido e dominado pela força policial. Foram presos também o secretário nacional do partido, Lauro Reginaldo da Rocha, vulgo “Bangu”; Eduardo Ribeiro Xavier, encarregado do material do Partido Comunista; Elias Reinaldo da Silva, encarregado das regiões; Valdevino de Oliveira, Henrique Marquino Cover, encarregados do “Socorro Vermelho”; Todos membros do escritório político e do Comitê Central e Jurandir da Câmara Ferreira, encarregado do trabalho militar. Aprenderam ainda a imprensa ilegal do partido, composto por dois jornais e um mimeógrafo, todo o arquivo, uma estação de rádio transmissores e imensa quantidade de boletins com conteúdo subversivos. Estão presos os principais chefes representantes de Moscou e muitos de seus auxiliares esperam também o pronunciamento da Justiça, sobre suas ações criminosas²⁴.

2.2 Acordos Internacionais

Depois da insurreição aliancista, iniciaram-se negociações entre Geheime Staats Politzei a Gestapo (polícia secreta do III° Reich) com a polícia brasileira com propósito de combater os comunistas.

Para o Ministério das Relações Exteriores do III° Reich, o Brasil possuía reconhecidamente uma posição-chave contra o comunismo²⁵ e, por isso, o acordo secreto entre as duas polícias não incorria no perigo de causar qualquer problema diplomático (CANCELLI, 1993, p. 87).

²⁴ Jornal do Commercio (MT), 14 de mar. de 1940, p. 1. Acesso em 21/07/2020.

²⁵ Ver conceito no DHBB, p. 70.

Filinto Müller empenhou-se trabalhando para que a colaboração entre ambas instituições tivesse um trabalho mais próximo em relação ao tratamento da questão comunista.

Embora a Polícia do Distrito Federal já estivesse trabalhando com os alemães a partir da Embaixada brasileira em Berlim, uma cooperação mais estrita entre as duas polícias efetivamente começou a acontecer. A Gestapo e o Ministério de Relações Exteriores da Alemanha estavam inclinados a fazer com que o Brasil mantivesse laços de cooperação similares aqueles que a DESPS tinha com o FBI e o serviço de inteligência inglês, através da embaixada no Rio de Janeiro (CANCELI, 1993, p. 88).

O capitão Afonso de Miranda Correia, delegado da DESPS e, um dos auxiliares de Filinto Müller, faria uma viagem aos Estados Unidos, para manter contato com as polícias de Washington e Nova York. Tanto alemães quanto brasileiros procuravam ao máximo reunir esforços para que Miranda Correia prolongasse sua viagem até a Alemanha. “A pretensão da Alemanha era conseguir os mesmos arquivos, sendo que depois de uma série de contatos, o delegado acabou indo até Berlim, em março de 1937” (CANCELLI, 1993, P. 88). No contexto internacional o Brasil estava comprometido na luta contra o comunismo. Também foram mantidos contatos com a Federal Bureau of Investigation (FBI), que incluíam a troca de correspondência entre as duas chefias. Segundo Cancelli: “Em 1936 o governo brasileiro emprestou secretamente ao Departamento de Estado americano, para que fossem tiradas cópias, as fichas sobre as atividades subversivas no Brasil e em outros países” (1993, p. 84).

De acordo com a mesma autora “ainda em 1938, Washington respondeu afirmativamente ao Brasil, no sentido de o FBI dar assistência técnica à polícia brasileira, o que, no caso, incluía o controle a estrangeiros” (1993, p. 84). No que diz respeito as relações com o serviço secreto britânico, conhecido como Military Intelligence, Section 6 (MI6) vinham de longa data. E na década de 30 prestou uma série de informações e, segundo o embaixador inglês no Brasil, Sir William Seeds:

Um espião do MI6, na verdade um agente duplo cooptado pelo Reino Unido e infiltrado nos quadros do inimigo, deu ciência do plano aos seus superiores. Alertando-os para o estado avançado da operação. Um grupo de terroristas enviados pelo Komintern²⁶ já se encontrava em território brasileiro, treinando pessoal e articulando um golpe subversivo. Um verdadeiro ‘comitê russo’ estaria agindo no Rio de Janeiro, em estreita articulação com o clandestino Partido Comunista do Brasil (PCB), informou o embaixador a Getúlio (NETO, 2014, p. 226).

²⁶ É um dos movimentos políticos mais fascinantes do século. Uniu um romantismo da luta internacional por direitos universais ao mistério de uma organização dedicada a conspirações e atividades secretas. É engano pensar que a orientação política tivesse permanecido sempre a mesma. Ver *camaradas* de William Waack.

O governo Vargas garantiu vastas medidas repressivas, a partir de novembro de 1935, prendendo indiscriminadamente, entre os quais Luís Carlos Prestes em 1936²⁷, dirigente do PCB e presidente de honra da ANL.

Luís Carlos Prestes, que depois da longa Marcha Invicta pelos sertões do Brasil, embrenhara-se na Bolívia e abraçara a ideologia marxista, voltara ao Brasil, sob um nome suposto, em companhia de sua esposa, Olga Benário Prestes. Tinham chegado também o comunista Artur Ewert, uma das celebrações da 3º Internacional, e o norte americano Leon Baron. Prestes, buscou desde o início, tomar o pulso da situação. Os acontecimentos, entretanto, se precipitaram vertiginosamente. Mesmo assim, seu nome serviu de bandeira ao manifesto aliancista e todos julgaram que a revolução de novembro de 35 obedecera a sua orientação (NASSER, 1966, p. 17).

Preso na Casa de Correção²⁸ o chefe comunista residiu num apartamento interno da prisão, dispondo de um quarto amplo com boa cama e mesinha de cabeceira. Dispunha de uma pequena sala para as refeições e outra para leituras com pequeno acervo selecionado. Os livros prediletos de Prestes eram os de filosofia e sociologia, principalmente as obras de Descartes e Diderot. Os jornais eram também de muito do seu agrado²⁹. A Gestapo auxiliou o chefe de polícia a identificar Olga Benário que fora presa junto com Prestes. “Nos interrogatórios, ela se negara a revelar quem era e de onde viera, afirmando apenas ser Maria Prestes” (NETO, 2013, p. 263).

Duas semanas antes da decretação do estado de guerra o *Correio da Manhã* anunciava em seu editorial com o título “Ao Sucessos de Novembro. Chegaram presos, a bordo do ‘Manáos’, 116 comunistas. Figuram entre eles os secretários da Justiça, das Finanças e da Viação, da Junta Governativa, e duas mulheres” (*Correio da Manhã*, 15.03.1936, p. 3). E posteriormente no mesmo periódico, Getúlio Vargas proferia ao Senado mensagem em que declara que as prisões de vários parlamentares haviam sido efetuadas pelo fato dos mesmos estarem organizando nova eclosão violenta de atividades subversivas. Levando o ministro da Justiça Vicente Rao a comparecer no Senado para maiores informações perante a Comissão Especial

A mensagem do Presidente da República, ao que o ministro da Justiça se reporta, é esta: ‘Rio de Janeiro, 26 de março de 1936 – senhor Presidente – tenho a honra de levar ao conhecimento da Secção Permanente do Senado que a 23 do corrente mês, as 20 horas, a polícia efetuou a prisão do senador Abel Chermont e dos deputados Octávio da Silveira, Domingos Vellasco, Abguar Bastos e João Mangabeira. Assim procederam as autoridades policiais em consequência de haver sido decretada a equiparação ao estado de guerra da comoção intestina grave, articulada em diversos pontos do país desde novembro de 1935, e por estarem aqueles membros do poder

²⁷ *Correio da Manhã*, 03.3.1936, p. 3.

²⁸ Ela fazia parte, junto com a Casa de Detenção, o Hospital Militar e o Manicômio Judiciário, de um mesmo complexo carcerário, que funcionava como uma vitrine para o governo Vargas.

²⁹ *Jornal do Commercio* (MT), 24 de mar. de 1940, p. 1. Acesso em 21/07/2020.

legislativo organizando sob proteção das regalias inerentes ao respectivo mandato, nova e eminente eclosão violenta das atividades subversivas das instituições políticas e sociais. Impedindo-lhes a ação e prendendo-os, o governo teve em mira, tão somente defender a ordem pública, cedendo a imperiosa necessidade de acautelar diretamente a segurança nacional (Correio da Manhã, 27.03.1936, p. 3).

Com a decretação do estado de guerra o chefe de polícia comunica as diligencias feitas em função dos movimentos contrários ao regime. Segundo consta no *Correio da Manhã*:

De 25 de novembro até 15 de março de 1936, a Polícia Civil do Distrito Federal efetuou as seguintes diligencias: investigações, 3.250; buscas domiciliares, 441; Prisões de civis, 901; prisões de militares, 2.146; destes eram: oficiais, 66; subtenentes, sargentos e graduados, 196; soldados, 1.884. Foram postos em liberdade, por vários motivos: civis, 586 e militares, 2.058, sendo destes, oficiais, 11; subtenentes e sargentos, 163; soldados, 1.884. Foram efetuados por motivos de segurança pública, 480 prisões de indivíduos com péssimos antecedentes na polícia, estando todos recolhidos à Colônia Correccional de Dois Rios (Correio da Manhã, 25.03.1936, p. 1).

O presidente da República alinhava-se a ação do Chefe de polícia do Distrito Federal. A oposição, seguidamente o acusava de ordenar prisões arbitrárias.

No final de 1936, o general Eurico Gaspar Dutra tornou-se Ministro da Guerra e no início do segundo semestre de 1937, o general Góes Monteiro que defendia um regime centralizado e autoritário fora nomeado Chefe do Estado Maior do Exército. Em seguida Góes expos um documento que insinuava ser um plano de combate da revolução bolchevista. Este fora divulgado e ficou conhecido como Plano Cohen³⁰, produzido por integralistas e entregue pelo capitão Olímpio Mourão Filho. Sendo aprovado pelo ministro da Guerra e o presidente da República como argumento para o golpe. Em novembro o novo regime implantado, promulgou nova Constituição e fechou o Congresso. Posteriormente extinguindo os partidos políticos³¹.

Subordinada e sob comando de Filinto Müller a DESPS desenvolvia grande atividade de combate ao comunismo. As diligencias do Departamento da Policia Civil do Paraná, nestes últimos tempos, estavam voltadas para a propaganda vermelha em Curitiba, a qual vinha sendo feita com distribuição de boletins mimeografados e inscrições nos muros da cidade. Aos inspetores da DESPS coube localizar o ‘quartel general’ ponto de concentrações dos comunistas. Segundo o jornal *A Noite*:

³⁰ Uma falsificação tão grotesca de golpe preparado no interior do aparelho de Estado para servir a ele, o regime pôde comprovar que a sociedade estava receptiva para aceitar o Partido Comunista como um dos grandes males da nação. Cancelli. p. 82.

³¹ A extinção dos partidos só foi, entretanto, formalizada em 2 de dezembro de 1937, através do Decreto Lei nº 37 assinado pelo presidente Getúlio Vargas conforme atribuição que o artigo 180 da Carta Magna lhe conferia. Verbete :Partidos políticos (extinção) CPDOC-FGV.

Conseguindo apreender, enterrado no porão da casa s/n. da rua Francisco Rocha, o mimeografo, em que eram impressos os boletins de propaganda, assim como grande quantidade de boletins já impressos, que seriam distribuídos pelas ruas da cidade. A polícia também apreendeu três revólveres e 60 balas de calibre 32 e 38. Além, de prender quando reunidos quinze elementos na referida casa. Todos faziam parte do Comitê Regional do Paraná, onde eram confeccionados relatórios para serem enviados para o Comitê Central do PCB (*A Noite*, 08.02.1938, p. 2).

Com a individualização e prisão dos elementos do Comitê Regional a polícia localizou dez células comunistas, urbanas e rurais, efetuando a prisão e seus componentes.

Em resposta favorável do capitão Filinto Müller, chefe de polícia do Rio de Janeiro, sobre o convenio policial sul-americano, destinado a criar a Delegacia de Polícia Continental, manteve contato com o Dr. Manoel de Freitas Cezar Garcez, diretor geral de investigações da Argentina. Além de ser favorável à ideia de criação daquele organismo de controle das policias continentais que aderirem ao convenio, a resposta do chefe de policia da capital brasileira sugere ainda a criação de álbum de vários volumes, atendendo cada um as diversos modelos de crime que possam interessar aos países participantes do convenio, tais como as que se referem a ladrões, falsários, contrabandistas, traficantes de tóxicos e entorpecentes, comunistas, anarquistas e outros delinquentes³².

³² *A Noite*, 12.04.1938, p. 3. Acesso em 20/07/2020.

3- REPRESSÃO AOS CAMISAS VERDES

No comando da chefatura de polícia, Filinto Müller tomou algumas medidas, com efeito de restringir à Ação Integralista Brasileira, organização de extrema direita que, contava com maior apoio das camadas médias da sociedade e, que fora fundada em 7 de outubro de 1932

Com a divulgação do documento que ficou conhecido com *Manifesto de Outubro de 1932*, este movimento participou ativa e oficialmente da vida política brasileira até 1937, quando, após a instauração do Estado Novo, Getúlio Vargas colocou-a na ilegalidade. Entretanto, as suas atividades prosseguiram posteriormente, como podemos verificar no caso do *Putsch*³³ integralista de 1938, tornando assim, difícil datar precisamente o fim da AIB (SERRATTO, 2008, p. 14).

De acordo com a imprensa do Estado de Mato Grosso:

O integralismo brasileiro é uma ação vitoriosa. O seu programa é despertar o patriótico adormecido pela desconfiança nascida da pouca ação política. Adormecido, mas não extinto, o espírito nacionalista ergue para crer em uma doutrina realizável e obediente a uma única inspiração: a Pátria! Longe de disfarçar-se como tantos partidos políticos que surgem a serviço de mesquinhos interesses individuais e para satisfazer ingloriosos caprichos políticos. O integralismo tratará sem demora, dos problemas nacionais, cujas as soluções levaram o país sobre o caminho da ordem e progresso. Isolado da camada egoísta que nada faz pelo bem-estar dos cidadãos, alimentando com falsas esperanças e promessas, o integralismo não promete o que não pode dar, mas promete imprimir o rumo que o Brasil deve ter como nação. Pátria, ideia, ação. São diretrizes da Ação Integralista Brasileira (Jornal do Commercio, 20.08.1933, p. 1).

O integralista, Custódio de Viveiros manifestou-se, sobre a falta de consideração da Lei de Segurança Nacional, em que relacionava o comunismo ao integralismo e, publicou no *Jornal Correio da Manhã*:

[...] Não se poderia incluir o integralismo, escola de cultura cívica em que o cidadão aprende a ser homem, a ser disciplinado e a amar a sua pátria. Como doutrina extremista. O que caracteriza o extremismo é a prática de atos violentos, extremos, perturbadores da ordem, em que a força e a brutalidade substituem os argumentos da razão. A educação de um povo pela convicção, pelo aprimoramento das ideias, nunca foi extremismo, mas patriotismo. E tanto isso é verdade que o poder judiciário registrou a Ação integralista com partido político. Seria um absurdo de ter um programa julgado diferentemente por dois poderes concordantes. O legislativo julga tenebroso; e o judiciário digno de registro oficial [...] (Correio da Manhã, 25/02/1935, p. 4).

O movimento renovador que se une aos objetivos de abrir novos horizontes a política nacional, obedece a orientação de Plínio Salgado, sob bandeira do integralismo.

³³ *Putsch integralista* foi uma tentativa fracassada de golpe realizada por militantes descontentes com as atitudes de Vargas referentes ao fechamento e perseguição do movimento.

Em conflito envolvendo os integralistas, a cidade de Campos (RJ) permaneceu em polvorosa. Os campistas promoveram verdadeira desordem distribuindo boletins com veementes ataques ao integralismo e seu chefe. Com bombas chilenas, os integralistas de prontidão reagiram. Segundo o jornal *A Noite*:

Originou-se desse, sério conflito sendo os manifestantes atingidos por cacetes na cabeça. Três integralistas ficaram feridos na luta, encaminhando um deles ao hospital da Santa Casa, em virtude de ter recebido violenta pancada que quase o matou. Os manifestantes por fim, saíram da formação, sem que a polícia tivesse comparecido no local. Diante da agitação reinante, foram, mais tarde patrulhadas as ruas, aparecendo piquetes de cavalaria, além do carro forte, que estacionou próximo ao Teatro Trianon, onde o chefe integralista Plínio Salgado iria realizar uma conferência de propaganda doutrinária (*A Noite*, 6. 03. 1933, p. 1).

Em 1934, em viagem dos integralistas ao Rio Grande do Sul, haviam sido lançados do alto de um edifício boletins injuriosos contra a doutrina integralista, enquanto Plínio Salgado discursava. Diante disso, “o orador aproveitou a oportunidade para censurar a atitude dos inimigos da sua doutrina política” (*A Noite*, 11.09.1934, p. 2). O chefe da AIB conferenciava de Norte a Sul para eleição de seus candidatos estaduais. Na cidade de Bauru, houve embate entre manifestantes e integralistas e, em declarações do chefe de polícia de São Paulo ao jornal *A Noite*:

Testemunhas do conflito de ontem, na praça da Sé, informam que em meio ao tiroteio a multidão equivocada, corria para toda as direções, procurando resguardar suas vidas das balas. Em pouco tempo a praça ficou vazia. As mulheres e crianças que se encontravam nas escadas da catedral uniformizadas, reuniram-se novamente cantando o hino nacional. O povo que voltava a praça depois de sessadas as detonações, aclamavam os integralistas e ao chefe escritor, Plínio Salgado. Diante dos acontecimentos declarou que solicitara aos diretores do integralismo que não realizassem desfiles nesta capital, os chefes integralistas prometeram atendê-lo, mas ponderaram que o juramento a bandeira poderia ser feito sem receio de perturbações (*A Noite*, 8.10.1934, p. 1).

Em 1937, o chefe de polícia participara de diversas conferencias com o ministro da Guerra, da qual, em certa ocasião dirigentes integralistas também participaram. Filinto Müller, possivelmente usou da mesma estratégia empregada no combate aos comunistas, mantendo agentes infiltrados na AIB. Segundo o jornal *A Noite*:

Graças ao serviço de infiltração de policiais dentro da própria organização integralista, pôde o Dr. Israel Souto saber e comunicar ao chefe de polícia a existência de uma conspiração que visava a subversão do regime. Tal conspiração, segundo os relatórios em tempo apresentados pelo delegado especial de Ordem Política e Social tinham como meio atos terroristas, assaltos, incêndios, massacres e toda a gama de atrocidades destinadas a espalhar o terror e a confusão no seio da população, situação de que se aproveitariam os revolucionários para implantação de sua ideologia (*A Noite*, 11.05.1938, p. 2).

Desde a decretação pelo governo que determinou a extinção dos partidos políticos, entre as autoridades cariocas e os dirigentes da extinta AIB, haviam firmado compromisso, em que constituía a obrigatoriedade dos ex-camisas verdes, que nada poderiam retirar de suas sedes, deixando-lhes intactos documentos e objetos, que lá se encontrassem. Entretanto, após denúncias as autoridades policiais tomaram conhecimento que os ex-camisas verdes estariam transferindo arquivos das referidas sedes para local ignorado. A polícia após investigações, obteve conhecimento por outras fontes que no posto de fiscalização do Alto da Serra, onde funcionava o Departamento Nacional do Café em Petrópolis havia material contrabandeado pelos integralistas. Dirigindo-se a esse local, constataram a veracidade. Nessa ocasião fora preso o fiscal Oswaldo Fajardo da Silveira, que segundo o jornal *A Noite*:

Em meio as armas, encontraram parte de um arquivo de material de propaganda integralista. Fajardo era um dos chefes do movimento em Petrópolis e foi imediatamente detido, incomunicável. Em seguida, a autoridade se dirigia as sedes municipal e provincial da ex- AIB ao mesmo tempo que era organizada e realizada uma busca na casa de Fajardo, da qual resultou a apreensão de armas, distintivos e folhetos de propaganda integralista. Nos prédios das ruas Paula Barbosa nº152 e Quinze de Novembro nº880, onde estavam instaladas as sedes municipal e provincial, respectivamente, a polícia, encontrou revólveres de calibre 44, dos usados pelo Exército, e deitou a mão em copioso arquivo, pelo qual se pode avaliar a rede de controle estabelecida pelo Sigma em todo o Estado do Rio (A Noite, 14.02.1938, p.1).

Todo o material apreendido era registrado pela Chefatura de Polícia. Depois, de fichados no Serviço de Identificação da polícia, os presos eram removidos para a Casa de Detenção³⁴ em Niterói. Segundo o jornal *Correio da Manhã*:

Indisciplinados, esses presos políticos, que estão sendo devidamente processados, resolveram cantar, em altas vozes todas as noites, o hino do integralismo. Tendo conhecimento da grave ocorrência o chefe de polícia determinou imediatas providencias, sendo, então, os extremistas verdes levados á presença do delegado Picorelli, que preside o inquerido instaurado contra os mesmos (*Correio da Manhã*, 06.03.1938, p.3).

Nas referidas sedes citadas acima, as autoridades afirmaram ter encontrado um plano de assalto ao palácio Rio Negro, residência de verão do presidente da República. A ação conspiratória integralista abrangia diversos setores, com propósito evidentemente de fazer o movimento entrar com violência em diferentes Estados, obrigando o governo a dispensar os elementos de defesa, dessa maneira, dificultando-lhes as providências. Em alguns Estados a polícia, sempre vigilante, não demorou para capturar os conspiradores, mal haviam eles

³⁴ Foi criada em 2 de julho de 1856 e destinou-se à reclusão de presos legalmente enviados pelas autoridades policiais, judiciárias e administrativas do Distrito Federal. Por isso, até 1941 ela estava subordinada ao chefe de polícia, quando acabou sendo transformada em Presídio do Distrito Federal, e, como a Casa de Correção, esteve sob jurisdição do Ministério da Justiça. Cancelli, p. 183.

iniciados as articulações, resultando nas prisões dos organizadores e na dissolução de toda a trama. “A polícia, todavia, vigiava tudo. O capitão Filinto Müller, em pessoa, recebia dos rádios da Polícia Civil das continuas comunicações, que mantinha com todo o país, informava o ministro da Justiça” (A Noite, 18.03.1938, p. 3). Os partidários do Sigma pretendiam aprisionar Getúlio Vargas em Petrópolis, o mesmo fazendo contra os líderes que são considerados os maiores adeptos e sustentáculos do regime. De acordo com o jornal *A Noite*:

Durante toda a noite de ontem para hoje, em todo o território nacional, as diligências policiais com objetivo de deter os chefes do fracassado movimento integralista descoberto pelas autoridades da República. A confusão dos primeiros momentos, ao que se informa na Delegacia Especial de Segurança Política e Social, determinara a prisão de mais de seiscentas pessoas, sendo que em grande parte posta em liberdade, tanto que, á noite passada, apenas cerca de duzentas aguardavam a vez de ser ouvidas, para completo esclarecimento de sua responsabilidade na conspiração frustrada (A Noite, 19.03.1938, p.1).

Vasta quantidade de material bélico e de propaganda, haviam sido apreendidos pela DESPS nos núcleos integralistas, enchendo varias salas da sede da Delegacia Central fluminense. Segundo nota fornecida pela polícia fluminense ao jornal *A Noite*:

Depois do decreto de 10 de novembro do ano findo, que extinguiu os partidos políticos, o integralismo, por alguns de seus elementos destacados, violando a lei, principiou a aliciar elementos suspeitos, fazendo propaganda subversiva e ocultando armamento. Foi observando essa propaganda e ação que a polícia do Estado do Rio iniciou os primeiros golpes contra o integralismo no Brasil. Verificando as constantes reuniões clandestinas de elementos destacados dos núcleos integralistas nas principais cidades do Estado, a secção de Ordem Política e Social, subordinado a 3º Delegacia Auxiliar, iniciou numerosas diligências, chegando a conclusão de que se conspirava contra o regime. As diligências realizadas nos primeiros dias de fevereiro até hoje, em Petrópolis, Niterói, Barra do Piraí, Areal e outras localidades, em que se apreendeu farto material de guerra e documentação, não deixam dúvidas sobre os propósitos de elementos integralistas exaltados, civis e militares. As ultimas medidas postas em pratica na capital da República confirmam o acerto das providências tomadas pela Ordem Política e Social do Estado_ José Picorelli, 3º delegado auxiliar’ (A Noite, 19.03.1938, p. 1).

No mês de abril já estavam sendo julgados pelo TSN os primeiros elementos integralistas, “chefiados por Tito Guedes Martins Costa, que faziam propaganda, distribuindo boletins com noticias falsas para atemorizar a população nos bairros do Andaraí, centro da cidade, Glória e Copacabana” (A Noite, 13.04.1938, p. 1). Em algumas oportunidades o TSN, autorizava a soltura, como ocorreu com camisas verdes da Bahia. Segundo o jornal *A Noite*:

O tribunal de Segurança, julgando ontem o processo nº202, referente aos 22 integralistas presos na Bahia e mandados para esta capital a disposição daquele tribunal, indeferiu o pedido de prisão preventiva contra os mesmos. Em obediência a essa decisão, foi expedido alvará de soltura para os adeptos do Sigma que se encontravam recolhidos ao Quartel General da Polícia Militar. Na saída compareceram vários correligionários, inclusive o Sr. Plínio Salgado, chefe dos ‘camisas-verdes’ (A Noite, 19.03.1937, p. 5).

Desde muito tempo que a polícia vinha acompanhando os passos dos elementos integralistas, que mais se salientaram nas últimas perturbações da ordem.

Na madrugada de 11 de maio de 1938, como parte de uma tentativa de golpe alguns elementos integralistas, ao lado de marinheiros surpreenderam a cidade com rajadas de fuzis, metralhadoras e correria de automóveis. Cercaram o Palácio Guanabara, residência presidencial, a fim de prender Getúlio Vargas. Depois de ouvir seguido estampido de tiros, “Alzira olhou para o jardim e avistou um grupo de homens fardados atirando contra o palácio” (NETO, 2013, p.331). O assalto estava sob liderança do tenente Severo Fournier.

Fournier não era integralista. Sua presença à frente do grupo era o indicativo de que agressão, embora planejada e executada com o auxílio material dos seguidores de Plínio Salgado, realmente faziam parte de uma conspiração mais ampla, envolvendo diversas lideranças contrárias a Getúlio (NETO, 2013, p. 332).

Na agitação promovida pelos insurgentes a linha telefônica foi cortada, mas Alzira Vargas percebe que o aparelho oficial, destinado a ligações diretas com setores civis e militares, estava funcionando. De imediato faz contato com Filinto Müller, “que lhe garantiu ter enviado para o Guanabara um destacamento da Polícia Especial tão logo soubera do ocorrido por meio do seu serviço de informações” (NETO, 2013, p. 333). Filinto comunicou-se com o ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, que comunicou o fato aos comandantes das Regiões Militares e as autoridades militares da capital. O comando do contra-ataque foi confiado ao tenente-coronel Oswaldo Cordeiro de Faria, interventor federal do Rio Grande do Sul, que se encontrava em viagem no Rio, em cuja companhia seguiu o próprio ministro da Guerra.

Outros pontos estratégicos da capital e residências de autoridades foram atacados, mas a ocupação da chefatura de Polícia, foi frustrada porque Filinto Müller guarneceu o prédio com metralhadoras e,

[...]conferenciava, a cada hora, com o Dr. Israel Souto, delegado especial da Ordem Política e Social. Eram determinadas providências urgentes, ordenadas detenções e reforços para posições estratégicas. Hora a hora, chegavam novos contingentes de presos. A maioria deles fora encontrada com armas na mão _ Parabellus novíssimos, farta munição e bombas de extraordinário poder ofensivo (A Noite, 11.05.1938, p. 3).

No mesmo dia, o golpe foi dominado. De acordo com o jornal *A Noite* o ministro da Justiça Francisco Campos agradeceu aos serviços prestados pela polícia, dirigindo o seguinte ofício a Filinto Müller:

Sr. Chefe de polícia. _ É com maior prazer que venho encarecer perante a V. Ex., em nome do Sr. presidente da República, e no meu nome próprio, os relevantes serviços prestados à Nação, pela Polícia Civil do Distrito Federal, por ocasião dos

acontecimentos registrados na noite de 10 para 11 do corrente, durante os quais se verificou uma insólita e brutal tentativa de subversão da ordem pública, prontamente sufocada para o bem do Brasil. O devotamento e lealdade dos funcionários que servem ao governo e ao país, sob o comando e orientação de V. Ex., constituem uma tradição de que justamente nos orgulhamos e que, ainda agora, foi confirmada com excepcional relevo. Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex., os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração (*A Noite*, 14.05.1938, ps. 1, 2).

Após a detenção dos envolvidos no levante de maio de 1938, Filinto Müller foi acusado pelo ex-tenente e um dos simpatizantes integralistas Severo Fournier de participar de torturas contra presos. Após sindicância, Filinto Müller mandou prender o chefe da Seção de Ordem Política e Social, Emílio Romano, que estava praticando violências contra pessoas detidas em virtude do movimento fracassado do dia 11. Sob o conhecimento de Filinto Müller chegaram acusações gravíssimas sobre Romano e os investigadores que o auxiliavam, afirmando que extorquiam dinheiro dos presos políticos. Em relação ao integralista Severo Fournier, o jornal *A Noite*, publicava:

A polícia em diligências contínuas, desde o fracasso do movimento de 11 de maio, vinha procurando o ex-tenente Severo Fournier, que comandou o assalto ao palácio Guanabara, residência particular do presidente da República. Esperavam as autoridades, dentro de poucos dias, capturá-lo. Sabedor disso o pai do ex-oficial, coronel Barros Fournier, valendo-se da influência de amigos, conseguiu que seu filho fosse, há dias, conduzido à Embaixada da Itália, onde ficou exilado (*A Noite*, 01.07.1938, p. 1).

Em dezembro de 1938, o capitão Filinto Müller colou grau na Faculdade de Direito de Niterói. Segundo *A Noite*:

Estava muito concorrida a missa em ação de graça mandada celebrar na Catedral de São João Batista pelos novos bacharéis da Faculdade de Direito de Niterói. A cerimônia foi oficializada por D. José Alves, bispo diocesano de Niterói, que fez saudação aos novos bacharéis. Durante a missa ouviram a banda de música da Força Militar do Estado. Antes de voltar ao Rio, o capitão Filinto Müller, um dos novos bacharéis, que assistira a missa, esteve no Palácio do Ingá, em companhia da Dra. Alzira Vargas, em visita ao Interventor Amaral Peixoto (*A Noite*, 08.12.1938, p. 2).

Em fevereiro de 1940, o ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra comunicou ao ministro da Justiça Francisco Campos, que sua solicitação relativa à transferência para 1941, da matrícula do capitão Filinto Müller na Escola de Armas, sendo que este oficial não desistiu e serem necessários seus serviços na chefia de polícia, podia ser atendida. Convinha, porém, lembrar que o referido capitão ocupava no almanaque militar um número baixo, na respectiva hierarquia e o não cumprimento deste requisito, viesse a prejudicá-lo em sua carreira no

Exército³⁵. No mês seguinte, Filinto Müller foi promovido a major. Em nota do *Jornal do Commercio*:

Realmente, a promoção do operoso e dinâmico chefe de polícia do Distrito Federal foi acolhida. Noticiada e comentada com as mais unânimes demonstrações de aplausos ao Governo e as mais calorosas palavras de simpatia para com o distinto chefe mato-grossense. Espírito que se mantém invariavelmente calmo, dessa forte serenidade que os vendavais da intriga não conseguem cobrir a firme visão das coisas e a impressão dos homens nem cegar pela paixão ou interesse de facção os fatos observados, o major Filinto Müller tem revelado nesses quase dez anos de destacada e destemida atuação no alto cenário nacional. Sorrindo descontente com a gritaria das aves do capitólio, Filinto Müller age incontaminado por influências estranhas fiel as nobres regras de sua consciência de jovem digno, dentro dos elevados princípios, que seu espírito de estadista lhe marcou. Mato Grosso orgulha-se ter hoje como supremo líder o Major Filinto Müller, fato que esta folha registra e aplaude (Jornal do Commercio, 01.04.1940, p. 1).

Em relação a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial em 1942, é ocasionada depois de um ato de pirataria em que um navio brasileiro foi torpedado por um submarino alemão³⁶. Após, um período de neutralidade e, a participação do país na Segunda Guerra Mundial corresponde com período de desarticulação do Estado Novo. De acordo com Santos:

A III Reunião de Consulta aos Ministros das Nações Americanas aconteceu no Rio de Janeiro, na segunda quinzena de janeiro de 1941, e foi então que o Brasil rompe oficialmente relações diplomática com os países do Eixo, através da voz de seu chanceler Oswaldo Aranha (SANTOS, 2006, pp. 41,42).

Em consequência do rompimento com Alemanha, Itália e Japão, providencias de ordem geral foram adotadas pelas autoridades. O chefe de Polícia do Distrito Federal Filinto Müller baixa portaria com algumas instruções. Segundo consta no jornal *A Noite*:

- 1- Nenhum súdito das potencias acima citadas poderá viajar de uma localidade para outra, sem licença especial concedida pela Delegacia de Estrangeiro.
- 2- Para concessão da licença acima referida, a Delegacia de Estrangeiro exigirá a apresentação da carteira modelo 19.
- 3- A DESPS providenciara a imediata cassação das autorizações de porte de armas, que tenham sido dadas aos súditos dos países com os quais o Brasil rompeu relações, bem como das licenças para negociar armas, munições ou materiais explosivos, ou que possam ser utilizados na fabricação de explosivos. Deverá, igualmente, confiscar as armas, de qualquer espécie, que lhes pertençam e que por eles devem ser entregues dentro de quinze dias.
- 4- Determino a Delegacia de estrangeiros a mais rigorosa fiscalização ao que determina os artigos 152 do decreto-lei 3.010, de 28 de agosto de 1938, e 5º do decreto-lei nº 3.082, de 28 de fevereiro de 1941.
- 5- As instruções reservadas transmitidas a DESPS sobre estrangeiros em geral, e especialmente com referência aos de nacionalidade dos países com os quais o Brasil rompeu relações, são nesta data revigoradas e recomentada com maior severidade na sua execução (A Noite, 31.1.1941, p 12).

³⁵ A Noite, 10 de fev. de 1940, p. 1. Acesso em 22/07/2020.

³⁶ Correio da Manhã, 19 de fev. de 1942. p. 4. Acesso em 22/05/2020.

O Brasil apoiava os aliados. No dia 4 de julho, houve passeada organizada pela (UNE) e o ato público ocorreu em frente a embaixada americana e, os que defendiam a neutralidade não tinham mais justificativas para a posição.

Após divergências dentro do governo, em 17 de julho o presidente Getúlio Vargas assinara a exoneração do major Filinto Müller e, “ao deixar o cargo, auxiliado por colaboradores próximos e seu sobrinho, Ivens de Araújo, tinha providenciado a queima dos documentos da chefatura de polícia” (CANCELLI,1993, p. 193).

Assinados outros decretos, “o presidente da República nomeia o tenente coronel Alcides Gonçalves Etchogoyen para o cargo de chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller foi substituído na chefia de polícia do Distrito Federal” (A Noite, 17.07.1942, p. 2). Em agosto de 1942, o governo brasileiro declara situação beligerante contra os países do Eixo. De acordo com o periódico *A Noite*:

O Sr. Presidente da República reuniu hoje o Ministério, tendo comparecido todos os ministros. Diante da comprovação dos atos de guerra contra a nossa soberania, foi reconhecida a situação de beligerância entre o Brasil e as nações agressoras – Alemanha e Itália. Em consequência, expediram-se, por via diplomática, as devidas comunicações aqueles dois países. Examinaram-se em seguida diversas providencias no que diz respeito à situação, ficando os ministros incumbidos de preparar os atos necessários. Resolveu ainda o Sr. presidente da República que o Ministério, de agora em diante, se reúna semanalmente para registrar outras medidas exigidas pelas circunstâncias (A Noite, 22.08.1942, p. 1).

Em 26 de julho, “tomou posse do cargo de oficial-de-gabinete do ministro da Guerra, o major Filinto Müller, ex-chefe de Polícia do Distrito Federal” (A Manhã, 26.07.1942, p. 4). E de acordo com Cancelli:

Esta nomeação se encaixava perfeitamente no cinismo do regime. Müller havia sido afastado em virtude da áurea germanófila que pairava popularmente sobre o chefe de polícia. Seria estranho ele ocupar justamente este cargo no Ministério da Guerra, não fosse o fato de estar empenhado em tarefas repressivas internas (CANCELLI, 1993, p.194-195).

Em 7 de julho de 1943, depois do presidente da República ter assinado na pasta do Trabalho, Filinto Müller foi nomeado para exercer as funções de presidente do Conselho Nacional do Trabalho. Segundo consta no jornal *A Noite*:

Desde o tempo em que desempenhava o cargo de chefe de Polícia do Distrito Federal, o major Filinto Müller mantinha estreito contato com o Ministério do Trabalho, tendo dito oportunidade, por várias vezes, de entrar em entendimento com as classes operárias, que lhe confiaram sempre imensa simpatia e sempre encontraram no chefe de Polícia uma autoridade que atendia as suas justas solicitações e, na esfera de atribuições, prestigiava e amparava os trabalhadores e suas organizações de classe. Bacharel em direito, o major Filinto Müller é um estudioso dos problemas sociais e de direito trabalhista, reunindo múltiplos e valiosos títulos para desempenhar com inteligência e capacidade o importante cargo em que acaba de ser investido pela confiança do chefe da nação. A escolha do major

Filinto Müller foi recebida com simpatia em todos os círculos (A Noite, 07.07.1943, p. 3).

Posteriormente, sendo um dos fundadores do PSD em 1945.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que desde jovem Filinto Müller procurou seguir na carreira militar. Mesmo participando de ações revolucionárias não aderiu por muito tempo a conspiração contra as oligarquias dominantes. Mesmo não participando da fase revolucionária que levou Getúlio Vargas ao poder foi beneficiado pela anistia decretada pelo governo e exerceu cargos importantes em São Paulo e no Rio de Janeiro antes de assumir a chefatura de polícia. Desde que assumiu o cargo frente a chefatura de polícia seu nome aparece na imprensa ligado a uma prática comum de uso de violência. Após a promulgação da Constituição de 1934, Filinto Müller se candidatara ao governo de seu Estado natal onde sua família exercia influência, mas quem fica com o cargo é seu irmão.

Os comunistas foram os que mais obtiveram ação sob a chefia de Filinto Müller, principalmente depois da criação da Aliança Nacional Libertadora, que fez com que o governo aprovasse a Lei de Segurança Nacional. Lei que procurou reprimir, ainda mais os comunistas como também a imprensa oposicionista. A lei era praticada pelos investigadores da DESPS dirigida por Filinto Müller, procurando tornar a repressão em território nacional mais efetiva. Após, o fracassado levante comunista de 1935, Filinto Müller organizou a polícia de forma ainda mais eficaz auxiliado pela DESPS, que prendiam indiscriminadamente.

Os presos eram identificados e posteriormente eram julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional. Müller promovendo trabalhos em conjunto com instituições internacionais (Gestapo, FBI e MI6) sempre procurou trocar informações em relação ao combate do comunismo, dessa maneira, ampliando as medidas repressivas. Getúlio Vargas apoiava suas ações. Filinto Müller foi favorável a criação de um convenio policial sul-americano aos subversivos.

Em relação a repressão dos integralistas, Filinto Müller utilizou da mesma tática empregada no combate aos comunistas, mantendo agentes infiltrados na organização. Depois da decretação pelo governo da extinção dos partidos políticos entre, os quais, Ação Integralista Brasileira, a polícia iniciou apreensões de adeptos do Sigma e de materiais considerados subversivos, em que eram registrados na chefatura de polícia do Distrito Federal. Nas apreensões fora localizado um plano de assalto a residência de verão do presidente da República, demonstrando que os integralistas eram “tão perigosos para o governo quanto os de ideologia bolchevista”.

O material apreendido pela DESPS era vasto. Os presos também eram julgados pelo (TSN) porém, alguns depois de prestarem esclarecimentos eram postos em liberdade. Filinto Müller da mesma maneira, que debelou os comunistas fez com os integralistas em frustrado golpe em 1938. Após, as prisões Müller fora denunciado de participar de torturas, mas depois de instaurada sindicância realizou-se a prisão de Emílio Romano subordinado de Müller por violências cometidas contra os presos integralistas. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, desestabilizou o Governo criando atritos entre as pastas. Diante disso, Filinto é exonerado do cargo de chefe de polícia, período que acaba destruindo documentos referentes ao seu cargo ocupado entre 1933-1942. Posto para atuar no gabinete do ministro da Guerra, possivelmente para continuar atuando nas ações repressivas. Nos dois anos finais da Era Vargas, ocupou a cadeira de presidente do Conselho Nacional do Trabalho e posteriormente participando da fundação do PSD.

Filinto Müller foi símbolo de temeridade e brutalidade repressiva para varias camadas da população, acabando com a existência jurídica do homem, no período que compreendeu a Era Vargas.

FONTES

Acervo BN: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Jornal do Commercio, (MT), 1923-1949.

Jornal do Commercio, (RJ), 1930-1940.

A Razão [jornal], Mato Grosso, 1930.

A Noite [jornal], Rio de Janeiro, 1930-1940.

A Manhã [jornal], Rio de Janeiro, 1930-1940.

Correio da Manhã [jornal], Rio de Janeiro, 1920-1939.

Verbetes “Filinto Müller” Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, CPDOC-FGV.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Maria do Carmo Pinto Arana de. *Imprensa: Fonte de Estudo para a Construção e Reconstrução da História*. X Encontro Estadual de História da ANPUH/RS Santa Maria, 2010.
- ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: Acesso em: 23/05/2020
- ARRUDA, Larissa R.V. Filinto Müller: o carrasco de Vargas contra a “ameaça comunista”. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, V.10 N° 19, p.272-276, 2018.
- _____. *Elites Políticas De Mato Grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964*. Tese (Doutoranda em Ciência Política) - CECH, UFSCar, São Carlos (SP), p. 275, 2019.
- CARONE, Edgar. *O tenentismo: Acontecimentos - Personagens – Programas*. Rio de Janeiro: Difel, 1975.
- _____. *A República Nova (1930-1937)*. 2°ed. São Paulo: Difel, 1976a.
- _____. *A Terceira República (1937-1945)*. 2° ed. São Paulo: Difel, 1982.
- COELHO, Edmundo C. *A instituição militar no Brasil*. BIB, Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais. Órgão de Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. N°19. Rio de Janeiro, 1985.
- CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da Violência: Repressão e Estado Policial na Era Vargas (1930-1945)*. (tese). Campinas: UNICAMP, 1991.
- CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: A Polícia na Era Vargas*. Brasília: Edunb, 1993.
- COHEN, Ilka Stern. *Bombas sobre São Paulo: A Revolução de 1924*. São Paulo: UNESP, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. In: FAUSTO, Boris (dir). *O Brasil Republicano*, V.2: Sociedade e instituições (1889-1930). São Paulo: Difel (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III).
- D'ARAÚJO, Maria Celina. (Org.). *As Instituições na Era Vargas*. Ed. UERJ: Ed. FGV. Rio de Janeiro, 1999.
- ELMIR, Cláudio Pereira. *Armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso na pesquisa histórica*. Cadernos do PPG em História da UFRGS. Porto Alegre, n. 13, dez. 1995.

ESPIG, Márcia Janete. *O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Historiae*, Rio Grande, 2010. *Contestado*. Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre, PUCRS, v. 24, n. 2, dez. 1998.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. Historiografia e História. 3ªed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. Historiografia e História. 11ªed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 10ªed. São Paulo: USP, 2002.

FORJAZ, Maria C. S. *Tenentismo e Política: Tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GUÉRIOS, Paulo R. *O estudo de trajetória de vida nas ciências sociais*. UFPR, 2011.

HALL, Michel M. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Alargando a história da classe operária*. Coleção Remate e Males: Lutas e Controle, nº5, 1985.

KARAWAJCZYK, M. *O Jornal como documento histórico: breves considerações*. *Historiae: revista de história da Universidade Federal do Rio Grande*, v.1, 2010.

LUCA, Tania R. PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes Históricas*. 3ªed. São Paulo: Contexto, 2015.

LANNA JUNIOR, Mário Cléber M. *Tenentismo e crises políticas na Primeira República*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano – O tempo do liberalismo excludente*. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.349.

MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina de. *História da imprensa no Brasil*. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARINHO, Marco A.C. *Trajetórias de Vida: um conceito em construção*. *Revista do Instituto de Ciências Humanas. PPGPS/UENF*, v.13, nº17, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. *A História do Brasil República; da queda da monarquia ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Contexto, 2016.

NETO, Lira. *Getúlio: Do Governo Provisório à Ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

NASSER, David. *Falta alguém em Nuremberg*. Tortura da polícia de Filinto Strubling Müller. 4ªed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966.

OLIVEIRA, Lucia L. et al. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *Brasil republicano: o tempo do nacional - estadismo (1930- 1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.2.

PRESTES, Anita Leocadia. *70 anos da Aliança Nacional Libertadora (ANL)*. Estudos ibero-americanos. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

PINTO, Heron P. *Nos subterrâneos do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Germinal, 1950.

PANDOLFI, Dulce. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

ROSE, R. S. *O homem mais perigoso do Brasil: Biografia de Filinto Müller*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria de história do Brasil*. 2ºed. São Paulo: Brasiliense, 1957.

SILVA, Kalina Vanderlei. *Dicionário de conceitos históricos/ kalina Vanderlei Silva, Maciel Henrique Silva*. 2ºed., 2º impressão. São Paulo: Contexto, 2009.

SERRATTO, Edgar B. F. *A Ação Integralista Brasileira e Getúlio Vargas: antiliberalismo e anticomunismo no Brasil de 1930-1945*. Dissertação (Mestrando em História) - PPGHIS, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 219. 2008.

SANTOS, Luciana Ibarra. *Há algo de novo no Front: A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. (tese). Porto Alegre: PUCRS, 2006.

ZICMAN, Renée B. *História através da imprensa: algumas considerações metodológicas*. Projeto História. São Paulo, v.4, 1985.